



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Comportamento delinquente e consumo de  
substâncias psicoativas ilícitas em jovens com  
inquérito/medida tutelar educativa*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção  
do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

*Diana Ricardina Soares Dias*

Porto, Julho de 2015



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Comportamento delinquente e consumo de  
substâncias psicoativas ilícitas em jovens com  
inquérito/medida tutelar educativa*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção  
do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

*Diana Ricardina Soares Dias*

Trabalho efetuado sob a orientação da  
*Doutora Raquel Matos*  
Coorientação da *Mestre Maria Carmo Carvalho*

Porto, Julho de 2015

## **Agradecimentos**

A concretização deste trabalho não seria possível sem o apoio de diversas pessoas que foram contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo da minha vida e percurso académico.

Gostaria de começar por exprimir os meus sinceros agradecimentos à professora e orientadora Maria do Carmo Azevedo de Carvalho pela sua atenção, reforço positivo, confiança, compreensão, disponibilidade e apoio incessante ao longo deste trabalho.

À Universidade Católica e a todos os Docentes que contribuíram para o meu crescimento a todos os níveis. Obrigada.

À Dra. Ana Teresa Magalhães Pinto por toda a atenção e por todas as palavras de incentivo.

Ao Dr. Jorge Duarte por toda atenção, compreensão, confiança e reforço positivo.

Aos meus pais por todos os momentos de luta, compreensão, dedicação, carinho e conforto que me tornaram a pessoa que sou hoje. Obrigada por me ajudar a crescer e inspirar para continuar a lutar pelos meus sonhos e objetivos. É principalmente a eles que dedico este trabalho.

Ao Fábio, pelo companheirismo, suporte, apoio incondicional e por nunca me deixar desistir dos meus objetivos, mas sobretudo por ter acreditado em mim e motivado para eu também me acreditar. Muito obrigada por nunca ter desistido de mim, pela dedicação e amor. Sabes bem o que significas para mim.

A todos os amigos que me ajudaram neste, e noutros, períodos da minha vida, em especial nas pessoas de Isabel Gomes, Miguel Gonçalves, Elsa Ferreira, Alexandra Prezado, Ana Fernandes, Leandra Gomes, Inês Barbosa, Ana Rosa Sampaio, Verónica Correia, Rita Ribeiro e Pedro Silva.

## **Resumo**

Este estudo tem como principal objetivo compreender a relação entre os comportamentos delinquentes e o consumo de SPA ilícitas em jovens com inquérito/medida tutelar educativa. Foi através de uma amostragem intencional que tivemos acesso à nossa amostra, que é constituída por 19 indivíduos, entre 12 e 16 anos de idade que têm ou já tiveram contacto com algum tipo de substância ilícita. E estudo recorreu a uma metodologia descritiva e qualitativa e os dados foram analisados através de análise de conteúdo e com o auxílio do *software* para análise de dados *QRS Nvivo10*.

Observar-se que de fato existe uma relação entre a droga e o crime, entre as trajetórias criminais e as trajetórias de consumo de SPA, em que esta relação entre estas duas variáveis não é simples nem linear, mas complexa e múltipla, onde foi possível identificar a tipologia delinquente-toxicodependente. É perceptível que esta população juvenil não é uma população totalmente desestruturada, têm maioritariamente situação socioeconómica ajustada, está inserida no ensino regular, têm competências escolares normativas, vinculação positiva, quebrando desta forma alguns estereótipos que relacionam jovens a famílias desestruturadas, assim como em que estes se encontram em situações socioeconómicas desajustadas, o que foi possível observar que não acontece.

*Palavras-chave:* Jovens delinquentes; Uso de SPA ilícitas; Inquérito e Processos tutelares educativas.

## **Abstract**

This study aims to understand the relationship between delinquent behavior and the consumption of illicit SPA in young people with survey / measure educational protect. It was through a purposive sampling we had access to our sample, which consists of 19 individuals between 12 and 16 years of age who have or have had contact with some type of illicit substance. And study used a descriptive and qualitative methodology and the data were analyzed using content analysis and with the help of software for QRS Nvivo10 data analysis.

Fact that will be appreciated there is a relationship between the drug and crime among criminal trajectories and SPA consumption trajectories, that the relationship between these two variables is not simple or linear but complex and multiple, where possible identify the delinquent-type drug addict. It is noticeable that this youth population is not an entirely unstructured population, mostly have adjusted socio-economic situation, is included in regular

education, have normative school skills, positive linkage, thus breaking some stereotypes relating youth to broken families, as well as where these They are in dysfunctional socio-economic situations, which we observed that does not happen.

*Keywords:* Young offenders; Illicit SPA; Survey and educational guardianship proceedings.

O consumo de substâncias psicoativas (SPA) é um fenômeno muito antigo na história da humanidade, constituindo atualmente um grave problema de saúde pública, com consequências pessoais e sociais no futuro, não só dos indivíduos envolvidos, como de toda a sociedade (Romero, 2005). Já adolescência é um momento crucial na vida de uma pessoa, com especificidades desenvolvimentais que não podem ser desconsideradas. Nesta fase da vida, o jovem aceita com dificuldade orientações, pois está a testar as várias possibilidades inerentes à fase desenvolvimental seguinte (adulterez), num crescente sentido de poder e controlo sobre si mesmo (Ribeiro, 1995). É um momento de diferenciação, no qual o adolescente se afasta/indivídua da sua família e se aproxima dos seus pares (Figueiredo, 2002). É neste contexto que a influência dos pares assume um papel central no percurso de vida dos jovens. Vários autores ressaltam que se os pares consumirem SPA, os jovens vão-se sentir-se pressionados para consumirem também (Vicario & Romero, 2005).

A problemática dos comportamentos desviantes dos jovens nas sociedades modernas, em especial o comportamento que assume a forma de delinquência, tende a colocar-se de forma intensa em qualquer contexto, pela diversidade e natureza das questões que em

si mesma encerra. Desta forma pode afirmar-se que nem todos os indivíduos que cometem delitos são conotados de delinquentes, porque nem todos os delitos acabam por adquirir essa identidade social. Ao consubstanciar um futuro relativamente aos limiares de tolerância dos grupos sociais portadores de sistemas de normas e de valores de uma sociedade, num dado momento da sua evolução, a delinquência, quando identificada, suscita o desencadear de um mecanismo social de reprovação e de sanção que espalha uma reação coletiva, que vai além do quadro familiar e educativo, acarretando uma menção administrativa ou jurídica. Mais do que um problema de natureza jurídico é um problema social, que coloca em jogo as condições ecológicas, económicas, sociais e ideológicas de uma sociedade, determinantes na etiquetagem de alguém como delinquente (Carvalho, 2005; Fendrich & Johnson, 2005).

Silva, Dias e Vieira (2010) mencionam que o abuso de drogas pode estimular comportamentos violentos. No entanto destacam que para além do uso dessas substâncias, os adolescentes se encontram, muitas vezes, expostos a ambientes que favorecem a violência, a qual pode manifestar-se por diversos meios, por exemplo: internet, programas de televisão, filmes em geral, inclusive desenhos infantis que não se adequam à

faixa etária das crianças. Algumas estimativas comprovam que um jovem de 20 anos já assistiu a 25.000 mortes e 200.000 atos de violência veiculados pelos *media*. Isso interfere no desenvolvimento da personalidade dos adolescentes induzindo-os a apresentar atitudes violentas (Freitas, 2002).

### 1. Os jovens e a criminalidade

A delinquência tem vindo a ser alvo de diversos estudos, nos vários domínios da ciência comportamental. São diversas as perspetivas teóricas que tentaram desenvolver explicações para a problemática da delinquência (e.g. abordagem biológica, abordagem psicológica, abordagem sociológica). Todas elas propuseram nas suas explicações o contexto social no qual o jovem está inserido, bem como as adversidades pelas quais poderá ter passado durante o seu desenvolvimento, como desencadeadores (Luzes, 2010; Santos, 2004). Desta forma, existem dois usos mais frequentes para o termo delinquência: o sentido jurídico e o sentido psicológico do ato delituoso. O primeiro, que foi o que foi considerado para esta investigação, tem em consideração a legislação e os aspetos determinados e verificados objetivamente pela norma; e também se refere à esfera dos indivíduos contrários às normas. Já o segundo requer

uma análise mais profunda da subjetividade do indivíduo e da particularidade da sua ação (Benavente, 2002; Luzes, 2010).

Segundo Carvalho (2004) caracterizar a adolescência é uma tarefa complexa, não apenas pela instabilidade dos comportamentos, como pela variedade da sua conceptualização. Sublinha que o jovem neste período passa por uma série de transformações, sobre as quais têm influência fatores externos e internos, que o ajudarão a alcançar uma autonomia e uma identidade sólidas. A adolescência é um momento de mudança intrapsíquica em que se dá a negação de novos laços ligados à infância e o estabelecimento de ligações a novos objetivos que podem culminar em desvio (Benavente, 2002).

O estudo da delinquência juvenil remonta ao século XVIII e até ao presente têm sido elaboradas diversas tentativas de explicar a associação entre os dois fenómenos. Esses estudos têm-se centrado sobre as variáveis explicativas do comportamento criminal, com especial atenção para as diferenças entre sexos e entre os tipos de comportamento (violento/não violento). Dos diferentes estudos foram encontrados alguns resultados transversais, tais como o facto de alguns dos comportamentos delinquentes fazerem parte de uma fase transitória da idade dos jovens, existindo

desta forma um pico de idade nos atos criminais e um posterior decréscimo na entrada na idade adulta (Loeber & Farrington, 1998; Negreiros, 2001). Assim sendo, estes jovens raramente iniciam a atividade delinvente antes dos 12 anos, sendo, no entanto os 15 anos a idade referida com mais frequência pelas diferentes investigações como estando associada ao início à atividade delituosa. O motivo para esta distorção prende-se com o tipo de métodos utilizados, os quais se baseiam quer na primeira detenção pela polícia, quer na primeira condenação pelos tribunais (Negreiros, 2001).

Assim pode afirmar-se que nem todos os sujeitos que cometem delitos são conotados de delinquentes, pois nem todos os delitos são apropriados para adquirir essa identidade social (Carvalho, 2007). Tal remete para a grande diversidade de formas que a delinquência, e em particular a delinquência juvenil, assume. Há atos delinquentes mais ou menos graves que fazem recurso maior ou menor à violência ou onde esta pode estar ausente. Há atos praticados por jovens que têm persistido ao longo dos tempos na vida das sociedades, mas simultaneamente, têm-se registado alterações no padrão da delinquência em função de diferentes períodos históricos, sociais e económicos, fazendo emergir novas formas de delinquência, como sejam os crimes que fazem uso das tecnologias.

Ainda que a delinquência juvenil seja um fenómeno de forte visibilidade social diversos estudos, em diferentes contextos, têm revelado que a maioria dos adolescentes poderá envolver-se, ainda que de forma ocasional, em atividades antissociais; desses, só alguns apresentarão comportamentos delinquentes graves e persistentes (Negreiros, 2010).

Nas duas últimas décadas de investigação os comportamentos de risco nos adolescentes, apontam múltiplas causas. Os fatores que produzem comportamentos de risco podem ser divididos em seis domínios: biológico/genético, meio social, meio percecionado, personalidade e comportamento. Estes fatores interrelacionam-se de forma a gerarem estilos de vida ou comportamentos de alto risco nos adolescentes. O risco é potenciado à medida que aumenta a associação de fatores de comportamento e de consequências. Por exemplo, muitos adolescentes envolvem-se em atividades sexuais sem proteção, abusam de drogas, conduzem desprezando as normas de segurança e faltam repetidamente à escola. De facto correr riscos pode ser por vezes expresso em comportamentos delinquentes, sendo que esses atos de criminalidade podem variar desde os menos graves furtos em lojas ou atos de vandalismo, a assaltos ou homicídios

(Abreu, Ramos, 2010).

Diferentes comportamentos transgressivos podem combinar-se ao longo da vida do sujeito, podendo desta forma originar tipologias transgressivas distintas. Fundamentalmente, o que caracteriza tais tipologias é efetuarem uma análise do processo antissocial ao longo do tempo, fazendo convergir nessa análise os aspetos como o tipo e a natureza dos atos antissociais, o período do desenvolvimento do indivíduo em que ocorrem, os fatores causais mais salientes e a persistência desses comportamentos ao longo do tempo (Negreiros, 2001).

No final dos anos 90 desencadeou-se em Portugal um processo de reforma da justiça juvenil que aponta claramente para uma distinção, até então inexistente, entre jovens agentes de crimes e crianças ou jovens que necessitam de proteção. Apesar da nítida separação entre jovens agentes de crimes e crianças/jovens vítimas, as leis estabelecem pontes de articulação entre as duas situações já que os/as jovens infratores/as conferem, também com frequência, situações de perigo (Lei tutelar educativa e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Deste modo o Ministério Público está encarregue de participar às entidades competentes a situação do jovem que necessite de proteção social, bem como de tomar as medidas que se justifiquem necessárias ao

exercício ou suprimento do poder paternal e requerer aplicação de medidas de proteção. Nesta última situação, e em caso de urgência, pode ser decretada provisoriamente no processo tutelar uma medida de proteção, que será suspensa se não for confirmada em ação própria proposta no prazo de um mês (Abreu, Ramos, 2010; Sousa, Silva, Baptista, & Lopes, 2004).

Em Portugal a Lei Tutelar Educativa representa o enquadramento legal da intervenção do Estado referente a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado um fato qualificado pela Lei como um crime, visando a educação do menor para o direito e a inserção de uma forma digna e responsável, na vida em sociedade (Manso, 2006). Desta forma as crianças e jovens são consideradas imputáveis quanto atingem idade igual ou superior aos 16 anos de idade. Procura-se, desse modo, proteger os menores de 16 anos da ação penal evitando a ligação a um sistema extremamente estigmatizante e coberto de simbolismo social. A avaliação da culpa jurídico-penal centra-se na censura ética social à personalidade do indivíduo, pois de acordo com este princípio é legítimo defender-se que a personalidade do indivíduo, no sentido jurídico-penal, não se encontra formada antes dos 16 anos (Sousa, Silva, Baptista, & Lopes, 2004).

## 2. Uso de substâncias psicoativas

Até à segunda metade do século XIX a utilização de substâncias psicoativas constituía-se somente como mais uma das muitas práticas sociais/culturais, não sendo conceptualizada, de forma depreciativa nem estigmatizante, como um problema, não sendo alvo de preocupação ou mediatização sociais, e não sendo controlada pelo Estado (Escohotado, 1996/2004; Ribeiro, 1995).

Alguns autores defendem que o uso e abuso de drogas não resultam diretamente das dimensões farmacológicas das substâncias, nem de características dos consumidores; e que dependem antes de condicionalismos vários, inclusive sociais, culturais, e pessoais, como os significados que lhe são outorgados e que são socialmente influenciados (Becker, 1999; Tinoco, 1999). Considera-se que o uso de SPA está envolto em múltiplos significados que têm de ser compreendidos no contexto temporal, espacial, histórico e social em que emergem (Becker, 1999).

O consumo de SPA é considerado um problema de saúde pública relacionado com múltiplas causas. No que diz respeito ao início do consumo de SPA, a adolescência é apontada pela literatura científica como uma fase do desenvolvimento do indivíduo que surge como consequência das mudanças

decorrentes do ciclo vital individual de transição desenvolvimental, no qual o jovem experimenta novas condutas, abandonando um lugar infantil, buscando autoafirmação social através de sua inserção em diferentes grupos, e iniciando relações de amizade e íntimas com pessoas que não integram o meio familiar (Freitas, 2002).

Durante esta fase pode ser difícil diferenciar o que é consumo experimental, ocasional, regular e o que é dependência de substâncias na adolescência, sendo importante a atenção às características distintas de cada um. Quanto mais precoce for o seu consumo, maior a probabilidade de aumentar a quantidade e variedade de uso, sendo necessário reconhecer que os jovens são menos capazes do que os adultos de limitar o uso, e que são mais vulneráveis a atribuir ao consumo de drogas a solução para todos os seus problemas (Vicario & Romero, 2005).

O consumo abusivo de SPA na adolescência é frequentemente associado a outros problemas de comportamento, tais como crime, iniciação sexual precoce e baixo rendimento académico. Os consumos de SPA são comportamentos de risco que podem ter consequências a curto ou a longo prazo ao nível da saúde. O bem-estar físico dos adolescentes é o resultado de um equilíbrio entre os comportamentos de risco e de proteção, tendo vários autores

concluído que o consumo de drogas parece surgir invariavelmente associado à necessidade de uma identificação e partilha de experiências que são comuns a determinado grupo de indivíduos, e que é o processo de adesão a um código cultural pré-existente (Vicario & Romero, 2005).

Não obstante se admita a possibilidade de utilizadores se poderem dividir em consumidores “problemáticos” e não “problemáticos”, autores como Fendrich e Johnson (2005) defendem que o uso e o abuso de drogas só pode ser entendido de um ponto de vista holístico, multidisciplinar e multidimensional, atendendo-se aos seus variados condicionantes, relacionados não só com aspetos biológicos, psicológicos, sociais, económicos e culturais, mas também com os tipos de consumos (e.g., substâncias utilizadas, parafernalias, padrão de uso, contextos) (Fendrich & Johnson, 2005; Figueiredo, 2002; Romaní, 1999; Velho, 1998/2008). Designações como “consumidor problemático”, “toxicodependente”, “agarrado” ou “*junkie*” são amplamente usadas para referir utilizadores de drogas com uma falha na autonomia individual (Frisher & Beckett, 2006), que não se mostram capazes de controlar e de gerir os consumos (Fernandes & Ribeiro, 2002), tornando-se dependentes e experienciando, em consequência, problemas diversos,

inclusive físicos, psicológicos, sociais, ocupacionais e legais. O consumo problemático é tipicamente associado à utilização de heroína e à ingestão por via endovenosa (Fernandes & Carvalho, 2005).

Os consumidores “não problemáticos” que tendem a ser denominados de “funcionais” (Smith & Smith, 2005), “não dependentes” (Keene, 2001), entre outros, são caracterizados como bem ajustados nas diversas áreas de vida, inclusive em termos familiares, sociais e ocupacionais, sendo capazes de integrar e conciliar a utilização de drogas com um estilo de vida convencional (Galhardo, Cardoso & Marques, 2006; Parker, Williams & Aldridge, 2002; Smith & Smith, 2005). Diversos estudos referem que estes consumidores são, frequentemente, estudantes universitários (Galhardo, Cardoso & Marques, 2006; Gourley, 2004; Levy, O’Grady, Wish, & Arria, 2005), que não se diferenciam da “população normal de estudantes” (Parker *et al.*, 2002), ou sujeitos inseridos no mercado de trabalho (Gourley, 2004; Parker *et al.*, 2002). Igualmente caracterizados em moldes distintos dos consumidores problemáticos são os sujeitos que utilizam SPA em meios festivos. Estes são frequentemente descritos, em trabalhos nacionais e internacionais, como pessoas socialmente

integradas e funcionais nas várias áreas de vida, que raramente entram em contacto com instituições de controlo social e que se afastam dos estereótipos de consumidores problemáticos (Calado, 2006; Calafat, Fernández, Juan, & Becoña 2007; Carvalho, 2007; Gourley, 2004; Parker *et al.*, 2002).

No que concerne ao tipo de SPA mais utilizadas na população portuguesa em geral, entre os 15 e os 64 anos verificou-se que os canabinóides continuam a ser as substâncias mais utilizadas, apresentando as mais elevadas prevalências de consumo, bem como as mais frequentemente envolvidas em apreensões. Por ordem decrescente de prevalências de consumo, a cocaína e o *ecstasy* são, respetivamente, as outras drogas mais presentes na população em geral (IDT, 2009, 2010).

Relativamente a populações mais jovens, entre os 12 e os 16 anos, os canabinóides destacam-se mais uma vez, com as maiores prevalências de consumo (IDT, 2010). No entanto, os dados nacionais relativos às populações mais jovens, obtidos em 2007, mostram a consolidação da tendência de diminuição dos consumos, inicialmente constatada em 2006 (IDT, 2009). Tanto nacional como internacionalmente são frequentemente documentados padrões de policonsumo em que a *cannabis* é a principal substância

usada (Fendrich & Johnson, 2005; Fernandes & Carvalho, 2007; Galhardo *et al.*, 2006; Levy *et al.*, 2005; Parker *et al.*, 2002).

### **3. Impacto do consumo de SPA ao nível familiar e académico**

A ideia de que há influência da família na evolução do consumo de SPA é constatada na literatura científica e pelos profissionais que trabalham no domínio, os quais são desafiados rotineiramente pela complexidade da temática, associando a isso o fato de não poder definir à priori apenas um tipo específico de funcionamento familiar (Orth & Moré, 2008). Nem todas as famílias de toxicodependentes podem ser consideradas não funcionais, no sentido de não exibirem fatores de proteção necessários para o desenvolvimento de todos seus membros. Cabe apontar, no entanto, que em muitas famílias com dependentes ocorre um processo de circularidade em que a não funcionalidade e o abuso de drogas se reforçam mutuamente, mantendo assim a hemóstase familiar que sustenta a presença desta nas relações familiares (Orth & Moré, 2008; Minuchin, 2009; Cigoli e Scabini, 2006).

Enquanto dimensão protetora do consumo, da família espera-se a capacidade de oferecer suporte afetivo, adequada supervisão e comunicação

positiva, o que potencializaria o ajustamento do adolescente em diferentes áreas da sua vida (Weitof, Hjern, Haglund & Rosen, 2003 cit in. Simões, Matos, & Foguet, 2006). Estaria também reservada à esfera familiar a responsabilidade pela promoção de um ambiente apoiante, estável e seguro, bem como a promoção de competências específicas no adolescente, principalmente quando a disponibilidade das substâncias em seu redor é elevada (nomeadamente com a promoção da assertividade em relação à pressão que o grupo de pares poderá assumir).

No que concerne à estrutura familiar, a *monoparentalidade* tem sido relacionada com a maior probabilidade de uso de SPA pelos adolescentes, efeito que poderá dever-se à mediação das dimensões ambientais que afetam diferenciadamente famílias com composições distintas da estrutura tradicional (Broman, Li & Recase, 2008). Do ponto de vista das *práticas parentais*, Baumrind (1991) e Broman et al (2008) concluíram que a responsabilidade às necessidades dos filhos acompanhada de estilos parentais mais direcionados para o controlo do comportamento (*monitorização* e *supervisão parentais*) têm um efeito visível na maturidade psicológica dos filhos, no sucesso académico, no menor envolvimento geral em comportamentos problemáticos, e num menor uso de SPA

em particular. Este fator não deve ignorar o apoio a um processo ajustado de *autonomização* e *individuação* do adolescente (Tuttle, 1995). Ambos os fatores – *autonomização* e *supervisão* – necessitam, para que se observe este efeito protetor, de um contexto de *suporte parental positivo* (Dishion, Li, Spracklen, Brown, & Haas, 1998).

A consideração da família e dos seus fatores de risco e proteção para o uso de SPA leva-nos à consideração do seu papel na promoção de competências pessoais e sociais, e da forma como estas se relacionam com a problemática em questão. A promoção de competências de autorregulação, por sua vez relacionada com competências como a assertividade e a resistência à frustração no adolescente, assume relevância neste domínio contribuindo para a prevenção de comportamentos de risco no geral, e para um consumo de SPA autorregulado por parte dos adolescentes (Wills, Resko, Anette & Mendoza 2004). Desta forma, o papel parental é percecionado não só como central na prevenção do envolvimento na experimentação, como também no apoio e intervenção quando existem já níveis de consumo por parte do adolescente, cenário em que o suporte parental positivo, percecionado pelo adolescente como seguro e empático, continua a ser central na prevenção de uma evolução negativa

dos problemas relacionados com o consumo (Rosenbaum, 2007).

Um denominador comum a estas abordagens parece ser o reconhecimento de que a família não só desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global do adolescente (Steinberg, 2001) - fruto do suporte que o papel parental desempenha potencialmente na prevenção de comportamentos de risco -, mas que pode também exercer uma influência potencialmente negativa sobre múltiplos aspetos da vida do adolescente, com tradução na sua saúde e bem-estar. Assim, a esfera parental poderá traduzir-se numa influência de carácter positivo ou negativo, funcionando respetivamente como um fator protetor ou de risco, consoante a adequabilidade das práticas parentais (Broecker & Jou 2007). Assumimos, portanto, que os fatores protetores e de risco são dinâmicos e poderão sofrer transformações ao longo do desenvolvimento do adolescente, sendo que um fator protetor, como a estabilidade familiar poderá mais tarde transformar-se em fator de risco em caso de divórcio problemático. Existem, no entanto, fatores protetores que destacamos como intrínsecos aos adolescentes mas que poderão ser, ou não, fortemente estimulados pelos pais, tais como a autoestima, a resiliência, a capacidade de

antecipar consequências, a assertividade e a autorregulação (Broecker & Jou, 2007).

Os autores verificaram que o consumo de SPA, na fase da adolescência, tem consequências sociais, escolares e de conduta tais como: agressividade, falta de motivação para o estudo, falta de respeito às regras e valores, afastamento do convívio familiar e social, e conduta antissocial de que é exemplo o roubo como uma forma de obter droga. Embora não se possa deixar de considerar que tais condutas também são características presentes no desenvolvimento normal da adolescência verificaram, também, que no ambiente familiar independentemente do estágio do ciclo vital em que se encontravam, havia elevado índice de alcoolização e intoxicação por outras drogas, além de constantes brigas, agressões entre os membros e existência de distúrbios mentais (Orth & Moré, 2008).

Abraão (1999) menciona que o baixo rendimento escolar, o abandono ou até má adaptação ao contexto social escolar pode ser um fator de risco. Porém, o envolvimento nas atividades extracurriculares e a participação nas diversas atividades ligadas à futura vida profissional são vistos como fatores de proteção (Achirica & Arnedillo, 2002). Também é importante o ambiente que o ensino oferece aos alunos, o grupo de pares, a segurança, os valores e as normas,

as práticas mais comuns e as classes sociais e características étnicas. Mas o sucesso ou insucesso escolar são um dos fatores mais importantes quando abordamos a vulnerabilidade do indivíduo perante o consumo das diversas SPA (Achirica, Arnedillo, Arnedillo, & Pardo, 2002).

Desta forma a escola pode substituir alguns fatores ligados à família. No entanto, uma má adaptação na escola leva ao desânimo e comportamento delinquente, condutas antissociais, e nestas situações podem surgir as drogas, como um fator de afirmação e diferenciação. Segundo o autor uma boa adaptação escolar, o gosto pelo estudo e o respeito pelas normas escolares e o contacto regular dos pais com os professores são fatores de proteção (Botello, 2000).

#### **4. Relação entre a droga e o crime**

Autores como Agra (2008) e Nunes (2011) revelam, através das suas diferentes metodologias e objetivos, que relação droga-crime não é simples e linear, mas complexa e múltipla. Quais são os fatores que provam a caracterizam essa relação? Os dados encontrados situam-se nos cinco níveis estudados: ao nível dos comportamentos (de consumo de drogas ilícitas e de praticas criminais); ao nível dos indivíduos-atores de tais comportamentos; ao nível dos contextos

eco-sociais que enquadram especialmente indivíduos, seus comportamentos e suas interações; ao nível das trajetórias desviantes que enquadram temporariamente e dão significado existencial aos indivíduos e seus comportamentos, o nível da história da criminalização que estabelece a periodização da emergência da Lei, da transgressão e da punição.

Desta forma, várias pesquisas estabeleceram como tipologias o delinquente-toxicodependente; o especialista da droga-crime; e o toxicodependente-delinquente. A tipologia foi estabelecida a partir da conjugação de dois critérios: a precedência afirmada de um comportamento em relação ao outro e a especialização num tipo de comportamento desviante (Agra, 2008; Nunes, 2011).

No que concerne ao delinquente-toxicodependente, esta trajetória afirma-se na delinquência como modo habitual de vida antes do consumo ocasional e depois regular de drogas. Tendo-se especializado na delinquência aquisitiva antes do consumo de drogas, o indivíduo dá continuidade a esse tipo de comportamento após a iniciação e consumo regular de drogas, praticando ocasional e secundariamente delitos associados ao seu mercado ilícito (Agra, 2008). Os indivíduos que constituem este grupo possuem desde cedo uma frágil vinculação

social. Os primeiros contactos com as drogas leves ocorrem preferencialmente antes dos 16 anos, com a integração na subcultura delincente ou pré-delincente. (Agra, 2008; Nunes, 2011).

A segunda figura, o especialista em droga-crime, inicia a sua atividade criminal grave no período que medeia o consumo de drogas leves e o consumo de drogas duras. Apresentado, embora, hábitos de consumo ocasional de drogas ligeiras, afirma a sua atividade desviante na criminalidade associada ao mercado ilícito das drogas. Especializando-se no tráfico antes do estado de dependência ou do moderado consumo de drogas duras, no tráfico continua, praticando secundariamente crimes de recetação ou roubo (Agra, 2008). Os primeiros contactos com as drogas leves ocorrem, preferencialmente, antes dos 17 anos, nos contactos, mais ou menos frequentes, com a subcultura delincente ou com consumidores regulares de droga (Agra, 2008; Nunes, 2011).

A terceira figura, o toxicodependente-delincente, conduziu a vida de consumidor abrigado da delinquência e da criminalidade durante longo período, que se prolonga quase sempre para lá do consumo regular de drogas duras e muito frequentemente até dentro do estado de toxicodependência. Tendo afirmado a sua trajetória desviante no consumo de drogas, não é de modo

nenhum um especialista em comportamento criminal. O crime exerce na vida do toxicodependente-delincente uma função instrumental e oportunista. Pratica-o se necessário e quando necessário. Encontrados os proventos económicos, através do furto, do roubo ou pequeno tráfico para a aquisição da mercadoria proibida, regressa voluntariamente ao seu abrigo interno, que, repetidas vezes, é recoberto pelo abrigo externo imposto pela lei penal, a prisão. Os primeiros contactos com as drogas leves ocorrem maioritariamente entre os 14 e os 16 anos (Agra, 2008, Nunes, 2011).

Estudos desenvolvidos a respeito da concomitância do consumo de drogas da prática criminosa levantaram três explicativas, duas das quais remetem para um dos comportamentos como causa do outro e, uma terceira hipótese, que aponta para a inexistência de qualquer relação causal entre aquelas duas condutas (Bean, 2004; Manita, Negreiros & Agra, 1997; Otero, 1994). No que concerne às duas primeiras hipóteses, estas consideram o consumo de substâncias como antecedente e originário do desenvolvimento de outros comportamentos antissociais, nomeadamente os de carácter delituoso (Bean, 2004; Bennett & Holloway, 2005; Hammersley, 2008).

Desta forma a fundamentação da hipótese de que a droga é causadora do

desenvolvimento de comportamentos criminosos é sustentada por três razões: a primeira razão supõe que o consumo de substâncias psicoativas desencadeia alterações comportamentais, originando o subsequente desenvolvimento de consultas antissociais, de que fazem parte as ações criminosas (Brochu & Parent, 2005); o segundo argumento, assenta na necessidade do indivíduo sustentar os seus consumos e, para isso, ser levado a desenvolver práticas delituosas de carácter aquisitivo que lhe proporcionam meios para adquirir as drogas das quais é dependente (Fisher, Wolff, Grudzinskas, Roy-Bujnowski, Banques, & Clayfield, 2007); a terceira razão baseia-se no argumento de que as subculturas do mundo das drogas, mais especificamente dos mercados ilegais de substâncias, constituem um contexto que potencia a manifestação de comportamento delinquentes (Brochu, 2006).

## 5. Método

Como revelam Agra (2008) e Nunes (2011), a relação droga-crime não é simples e linear, mas complexa e múltipla, já que não existe uma relação única e direta entre droga e crime. Essa é uma conclusão que torna pertinente este estudo, pois apesar de existirem muitos estudos que relacionam a droga e crime, existem poucos estudos que relacionem o uso do

consumo de SPA com o crime na adolescência.

Desta forma, este trabalho de investigação visa analisar e compreender a relação entre o comportamento delincente e o uso de SPA ilícitas em jovens com inquérito/medida tutelar educativa. Com o intuito de clarificar melhor esta questão na secção “as Trajetórias”, os dados foram analisados em dois grandes grupos, o grupo “inquérito” e o grupo “medida”. Foi realizado desta forma, pois em contexto judicial quando um jovem entre os 12 e os 16 anos comete um crime é aberto um Inquérito Tutelar Educativo, onde constam os vários relatórios (policiais; sociais; relato do menor; o relatório da instituição, caso o menor se encontre institucionalizado; relatório do Instituto Nacional Médico-Legal; relatório da escola). Se o processo não for arquivado por falta de provas, ou por desistência das vítimas de prosseguir com o processo, este é encaminhado para a fase judicial, onde passa a designar-se Processo Tutelar Educativo onde é aplicada uma ou mais medidas ao jovem. Desta forma, temos dois grupos distintos o grupo “inquérito”, fase inicial do processo sem aplicação de medida e o grupo “medida” onde o processo prosseguiu e foi aplicada uma ou mais medidas ao menor.

Deste modo, pretende-se: (1) caracterizar padrões de uso de SPA ilícitas

dos jovens com inquérito/medida tutelar educativa; (2) caracterizar as trajetórias criminais de jovens com inquérito/medida tutelar educativa; (3) compreender a relação entre o consumo de SPA ilícitas e o comportamento delinquente; (4) descrever dinâmicas familiares e académicas nas trajetórias judiciais dos jovens utilizadores de SPA com inquérito/medida tutelar educativa. Especificamente, procura-se a resposta às seguintes questões de investigação: (1) quais são os usos de SPA ilícitas entre jovens delinquentes?; (2) quais são as trajetórias criminais de jovens com inquérito/medida tutelar educativa?; (3) como é que se relacionam uso de SPA ilícitas e os jovens delinquentes?; (4) de que forma as trajetórias judiciais de jovens utilizadores de SPA com inquérito/medida tutelar educativa, têm impacto nas dinâmicas familiares e académicas?

A presente investigação tem uma orientação descritiva e qualitativa, tendo sido desenvolvida a partir dos princípios da análise de conteúdo. Este método foi desenvolvido de forma semi-indutiva, recorrendo a um processo sistemático de recolha de dados com vista à obtenção de respostas às questões de investigação (Bardin, 2009). Tendo em conta que se pretende, principalmente, estudar e compreender relação entre os comportamentos delinquentes e o uso de SPA ilícitas, bem como explorar e

interpretar padrões de consumo, este revela-se o método mais adequado.

A metodologia adotada não parte de hipóteses prévias, mas sim da familiarização com uma situação ou fenómeno, da descrição e análise do mesmo, fazendo emergir as hipóteses à medida que o investigador avança. Neste âmbito progredimos de forma sistemática na recolha e análise dos dados. Apesar de existirem algumas categorias prévias a análise antecipou a emergência de novos códigos e categorias, havendo lugar à novidade durante a própria investigação, criando-se uma relação dinâmica e contínua entre a análise e a recolha de dados. Neste processo destaca-se o papel ativo do investigador durante todas as etapas da investigação (Bardin, 2009).

O modelo de investigação qualitativa adotado é, assim, um método orientado para a descoberta no qual se estuda a realidade sem a fragmentar, sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que parte principalmente dos próprios dados, e não de teorias prévias para os compreender ou explicar. É, também, um modelo holístico (porque abrange a totalidade dos fenómenos) e ideográfico (porque os compreende na perspetiva do indivíduo), que privilegia os contextos naturais, ainda, sendo adepto de descrições pormenorizadas e de uma análise contínua dos dados (Mills et al., 2006).

### **5.1. Participantes**

Para este estudo adotamos como critérios de inclusão a existência de uma idade compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade; os participantes deveriam apresentar uma trajetória criminal de algum tipo, ou seja, um inquérito ou medida tutelar educativa a decorrer no Tribunal de Família e Menores de Vila Nova de Gaia, nos últimos 2 anos (2013 e 2014). Foram incluídos na análise os processos em curso ou arquivados, desde que apresentassem algum registo de contacto com uso de SPA ilícitas. Recorremos, deste modo, a um tipo de amostragem intencional, não probabilística, ou seja, os participantes foram escolhidos deliberadamente de acordo com as suas características, de forma a representar a população-alvo (jovens utilizadores de SPA com inquérito/medida Tutelar Educativa) (Almeida e Freire, 2008).

### **5.2. Procedimento de recolha dos dados**

A estratégia de obtenção dos dados recorreu à consulta e análise documental, com garantia de toda a confidencialidade e anonimato dos participantes. Esta análise documental foi realizada no Tribunal de Família e Menores de Vila Nova de Gaia, na secretária do Ministério Público. Esta recolha beneficiou da integração do

investigador responsável no contexto em questão. Este processo de recolha de dados ocorreu entre o mês de Fevereiro e Março de 2015.

Tendo em conta este procedimento de recolha de dados, bem como a natureza da investigação, foi criado um instrumento de apoio à recolha dos dados que consistiu numa grelha orientadora organizada em redor dos critérios de inclusão para a análise (Anexo B). A recolha de dados cessou quando se analisaram todos os processos Tutelares Educativos do ano 2013 e 2014 disponíveis, no Tribunal de Família e Menores de Vila Nova de Gaia.

### **5.3. Procedimentos de análise dos dados**

Os procedimentos de análise dos dados, foram realizados em duas etapas, inicialmente realizou-se uma análise descritiva de todos os processos analisados (N=280) e posteriormente realizou uma análise qualitativa dos dados percorreram-se as etapas previstas na análise de conteúdo (N=19), com o intuito de explorar o conteúdo desses processos com a intenção de conhecer a relação entre a delinquência e o consumo (Bardin).

Começou-se por uma leitura sucessiva dos dados transcritos, suspendendo interpretações imediatas dos dados. Procurou-se, depois, perceber as semelhanças entre os dados de forma a simplificá-los e organizá-los. Este conjunto

de procedimentos sistemáticos e rigorosos de análise de dados exige um elevado grau de sensibilidade teórica por parte do investigador. A partir destes dados construíram-se as grelhas de categorização de forma a facilitar a interpretação e a apresentação dos resultados. Após uma leitura flutuante do material empírico deu-se início ao processo de codificação da informação, a unidade de texto selecionada foi o sentido. Posteriormente, foram criadas várias categorias, de forma a garantir a deteção da informação necessária, reunida numa única tabela de categorização. O processo de codificação e categorização dos dados foi realizado com recurso ao *Software QRS Nvivo10*. Os dados que foram recolhidos através da grelha previamente preenchida foram inseridos numa tabela descritiva dos resultados, que se segue na próxima secção – esta etapa é prévia.

## **6. Análise e Discussão dos Resultados**

A análise dos dados foi conduzida através de procedimentos distintos, de acordo com os objetivos definidos previamente. Assim iniciou-se o processo de tratamento de dados, que foi subdividido em duas secções na análise descritiva e na análise de conteúdo, com o objetivo geral de compreender a relação entre o comportamento delinvente e o uso de

SPA ilícitas em jovens com inquérito/medida tutelar educativa.

### **6.1. Análise descritiva**

Nesta primeira secção, a análise descritiva, permite descrever as características sociodemográficas de todos os participantes que incluem esta amostra, ou seja, de todos os processos Tutelares Educativos com inquérito/medida analisados (N=280). Desta forma observa-se que mais de metade (56,07%) dos processos analisados são de 2014, estes são sobretudo menores do sexo masculino (59,83%), dos quais (11,57%) tem consumo de SPA ilícitas, os restantes participantes (40,17%) do sexo feminino, (1,38%) tem consumo de SPA ilícitas, de facto os rapazes tem maior consumo de SPA, como cometem mais crimes, do que as raparigas. Destes jovens maior parte (33,52%) tem 15 anos e 16 anos (27,70%), o que demonstra que não iniciam o consumo tão precocemente. Em termos de delitos, as infrações mais significativas cometidas foram o furto simples (48,21%) e a ofensa à integridade física (26,79%). Relativamente à aplicação de medida Tutelar Educativa, mais de metade dos processos (87,50%) não tem medida aplicada, dos quais (4,90%) tem consumo de SPA, isto é, apenas (12,50%) tem medida aplicada, dos quais (20,00%) tem consumo de SPA, demonstrando que maior

parte dos processos são arquivados, não sendo aplicada uma medida tutelar educativa.

**Tabela 1: caracterização geral da amostra**

	<i>Total</i>		<i>Com SPA</i>		<i>Sem SPA</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
<b>Ano</b>						
2013	123	43,93%	7	5,69%	116	94,31%
2014	157	56,07%	12	7,64%	145	92,36%
<b>Sexo</b>						
M	216	59,83%	25	11,57%	191	88,43%
F	145	40,17%	2	1,38 %	143	98,62%
<b>Idade</b>						
12	19	5,26%	0	0,00%	19	100,00%
13	62	17,18%	1	1,61%	61	98,39%
14	59	16,34%	3	5,08%	56	94,92%
15	121	33,52%	13	10,74%	108	89,26%
16	100	27,70%	10	10,00%	90	90,00%
<b>Tipo de delito</b>						
Furto simples	135	48,21%	4	2,96%	131	97,04%
Ofensa à integridade física simples	75	26,79%	4	5,33%	71	94,67%
Injúria	10	3,57%	1	10,00%	9	90,00%
Dano simples	9	3,21%	0	0,00%	9	100,00%
Roubo	8	2,86%	1	12,50%	7	87,50%
Ameaça	5	1,79%	0	0,00%	5	100,00%
Introdução em lugar vedado ao público	5	1,79%	0	0,00%	5	100,00%
Consumo de estupefacientes	4	1,43%	4	100,00%	0	0,00%
Furto qualificado	4	1,43%	0	0,00%	4	100,00%
Incêndio/fogo posto em floresta, mata	4	1,43%	1	25,00%	3	75,00%
Abuso sexual	3	1,07%	1	33,33%	2	66,67%
Crime não específico	3	1,07%	1	33,33%	2	66,67%
Acesso ilegítimo	2	0,71%	0	0,00%	2	100,00%
Condução sem habilitação	2	0,71%	0	0,00%	2	100,00%
Burla para obtenção de alimentos, bebidas	2	0,71%	0	0,00%	2	100,00%
Tráfico SPA	1	0,36%	1	100,00%	0	0,00%
Dano com violência	1	0,36%	1	100,00%	0	0,00%
Coação	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
Dano qualificado	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
Contrafação e imitação	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
Devesa por meio informático	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
Extorsão	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
Detenção de arma proibida	1	0,36%	0	0,00%	1	100,00%
<b>Estado do processo</b>						
Em curso	52	18,57%	10	19,23%	42	80,77%
Arquivado	228	81,43%	9	3,95%	219	96,05%
<b>Tipo</b>						
Medida	35	12,50%	7	20,00%	28	80,00%
Inquérito	245	87,50%	12	4,90%	233	95,10%
<b>Total</b>	<b>280</b>		<b>19</b>		<b>261</b>	

Nota: O número de participantes é superior ao número de processos analisados, pois alguns processos analisados têm mais do que um menor.

## 6.2. As Trajetórias

Os dados que foram recolhidos através da grelha previamente preenchida foram inseridos numa tabela descritiva dos resultados, que se seguem nesta secção. Na análise ao conteúdo dos processos judiciais resultou um conjunto de 8 categorias de primeira ordem sendo elas as *Caraterísticas individuais, comportamentais; Saúde; Relação com os pares, tempos livres, Dinâmica familiar; Dinâmica escolar; Uso de SPA; Trajetórias delinquentes; Dimensão temporal*; 18 categorias de segunda ordem e 112 categorias de terceira ordem ou subsequentes. Foram codificadas um total de 510 unidades de texto.

No que concerne à categoria *Caraterísticas individuais e comportamentais* resultaram as subcategorias *Características Positivas e Características Negativas*. Nas *Características Positivas* codificaram-se todas as caraterísticas positivas que foi possível observar nos processos como *comportamentos socialmente ajustados*, como se confirma através do discurso de alguns sujeitos “*R. denota apreensão da noção do interdito e suficiente adesão a um estilo de vida pró-social, aspetos que, a par da melhoria gradual na sua autorregulação comportamental e emocional, lhe permitirão conformar-se satisfatoriamente às normas e expetativas*

*sociais nos diversos contextos de vida.*” (NP 2026) e *capacidade para identificar situações desajustadas*, como se confirma através “*No contexto do presente processo de diagnóstico, a postura do jovem sugere capacidade suficiente para identificar situações sociais desajustadas.*” (NP 222). Nas *Características Negativas* codificaram-se todas as características negativas que foi possível verificar com a análise processual, como por exemplo *instabilidade emocional-pessoal*, como se confirma através do discurso de alguns sujeitos “*A instabilidade pessoal/emocional indiciada pelo jovem, perante a imposição de regras/limites e em situações emocionais/cognitivas mais exigentes*” (NP 6617) e *baixa tolerância à frustração*, como se confirma através “*Segundo a avaliação da Equipa da CT no seu percurso na instituição, são sinalizados algumas dificuldades em lidar com a frustração e com os sentimentos.*” (NP 3103).

A categoria *saúde* revelou-se pouco produtiva, com dados pouco consistentes e díspares, tornando-se impossível a deteção de um padrão relevante no sentido dos dados.

Na *Categoria Relação com os pares, tempos livres* encontraram-se os códigos, *Relação, percepção com os pares, Atividades e Sem ocupação dos tempos livres*. Na *Relação, percepção com os pares*,

estão inseridas as relações, como as percepções que os jovens mantêm com o seu grupo de pares, como *Influência negativa dos pares*, como se confirma através “*Estabelecendo uma maior proximidade com os pares conotados com comportamentos socialmente desajustados e consumo de substâncias aditivas.*” (NP 222) e *Conflito com os pares*, como se confirma através “*Especificamente com os colegas da instituição, são pontuados interações com alguma conflitualidade, em especial com os mais novos..*” (NP 4296). Nas *Atividades*, são as atividades que os jovens realizam como atividades extracurriculares, como por exemplo *Voluntariado nos bombeiros*, como se confirma através “*A frequência, quinzenalmente e aos sábados, da escola de Infantes e cadetes do Bombeiros voluntários de Valadares.*” (NP 2026) e *Futebol*, como se confirma através “*O jovem refere integrar uma estrutura desportiva – na modalidade de futebol, com treinos trissemanais.*” (NP 4824). Porém, *Sem ocupação dos tempos livres*, onde os jovens não tem qualquer atividade de ocupação dos tempos livres estruturada, obteve valores significativos, como se confirma através “*O jovem não investe em qualquer atividade minimamente estruturada de ocupação dos tempos livres.*” (NP 6617).

Relativamente ao grupo *Dinâmica familiar*, observou-se que este subdivide-se em dois grupos, os *Fatores protetores* e os *Fatores de risco*. Os *Fatores protetores*, estão incluídas todas as referências relativamente a todas as dinâmicas funcionais, que estes jovens possam ter na sua família, ou seja, fatores protetores, como *Habitação ajustada*, como se confirma “*Residem em casa própria – andar tipologia T3 – localizada numa zona suburbana sem problemáticas sociais de relevo.*” (NP 6617) e *Vinculação segura*, como se confirma através “*A. denota sentimentos de pertença à família, cuja a dinâmica relacional foi caracterizada como afetuosa. Neste âmbito, parece estabelecer um relacionamento próximo com a responsável educativa/figura adulta de referência.*” (NP 3103). Os *Fatores de risco*, estão incluídas todas as referências relativamente a todas as dinâmicas disfuncionais, que estes jovens possam ter na sua família, ou seja, fatores de risco, a título de exemplo *Défice de competências parentais*, como se confirma através “*A persistência do comportamento problemático de T. viria a assumir particular impacto na dinâmica intrafamiliar e socioeducativa, reconhecendo a progenitora, no momento atual, a sua incapacidade para intervir/gerir a instabilidade pessoal/emocional minifesta pelo filho nos*

*diferentes contextos de vida.* (NP 6617) e *Sem contactos com familiares, afastamento do núcleo familiar*, estas também foram as categorias que obtiveram níveis mais significativos, como se confirma através “*Não existindo qualquer tipo de contacto pai-filho.*” (NP 3691).

Referente ao grupo *Dinâmica escolar*, este subdivide-se em 4 grupos, *ocorrências*, *Tipo de ensino*, *Dificuldades na escola e resolução de problemas* e *Boas competências escolares*. No *Tipo de ensino*, insere-se qual o tipo de ensino que os jovens estão inseridos, ou seja, se é no ensino regular, normativo ou se no ensino especial, com necessidades educativas, entre outros, por exemplo *Ensino especial* como se confirma através “*Neste âmbito, o jovem tem vindo a ser alvo de estratégias/medidas educativas especiais adaptativas às necessidades educativas evidentes, dispondo de um programa educativo individual e do acompanhamento/apoio individualizado de um professor da educação especial.*” (NP 2026) e *Ensino profissional* como se confirma através do discurso de alguns sujeitos “*No presente ano letivo frequenta o 10º ano, do Curso profissional de técnico de gestão e Programação de Sistemas informáticos.*” (NP 6617). Nas *Dificuldades na escola e resolução de problemas*, estão incluídas todas as dificuldades, que estes jovens sentem em

contexto escolar, a título de exemplo *Retenções*, como se confirma através “*Resultando num total de quatro retenções – 2º ano, duas consecutivas no 5º ano e 6º ano.*” (NP 222) e *Conduta disruptiva*, como se confirma através “*Segundo a fonte escolar, o jovem tem vindo a apresentar uma frequência irregular e um padrão de comportamento disruptivo, associado a desmotivação.*” (NP 6617). Nas *Boas competências escolares*, estão incluídas todas as referências de boas competências dos jovens em contexto escolar, como *Competências escolares normativas* como se confirma através “*O percurso escolar de T. Nobre pautou-se por um desempenho adequado até à conclusão do 8º ano.*” (NP 6617) e *Competências acima da média*, como se confirma através do discurso de alguns sujeitos “*Este aluno apresenta capacidades excecionais. A manifestação destes “avanços” aconselham que a escola, de acordo com o princípio da igualdade de direitos de acesso e sucesso,*” (NP 3691).

Observamos que no *Uso de SPA*, se subdivide em quatro grupos, o *Tipo de SPA*, o *Padrão de uso*, *Início do uso* e *contextos de uso*. No *Tipo de SPA* fazem partes as substâncias que são mais consumidas pelos jovens, como *Cannabis*, como se confirma através “*Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, o*

*jovem acabou por admitir consumir haxixe.*” (NP 2875) e *Cocaína*, como se confirma através “*Cocaína só consumiu uma vez no dia anterior ao do seu acolhimento na instituição.*” (NN 3542). No *Padrão de uso*, qual a frequência com que as SPA são consumidas, como *Ocasional*, como se confirma através do discurso de alguns sujeitos “*Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, o jovem acabou por admitir consumir haxixe, que caracterizou como esporádico.*” (NP 2875) e *Experimental*, como se confirma através “*Cocaína só consumiu uma vez no dia anterior ao do seu acolhimento na instituição.*” (NP 3542). O *Início de uso*, com que idade os jovens iniciam o seu consumo de SPA, como o *Início aos 15 anos*, como se confirma através “*O examinado revela uma história de consumo ocasional de derivados da cannabis desde os 15 anos.*” (NP 365) e o *Início aos 13 anos*, como se confirma através “*Reconheceu que consome haxixe e “erva” desde os seus 13 anos*” (NP 3542). *Contextos de uso*, usualmente quais são os contextos em que os jovens consomem, como *Com o grupo de pares*, como se confirma através “*Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, a jovem refere manter-se abstinente desde que integra o atual enquadramento sociofamiliar.*” (NP 3103) e *Contexto recreativo*, como se confirma através “*O*

*examinado revela uma história de consumo ocasional de derivados da cannabis desde os 15 anos, consumindo em contexto escolar e recreativo.*” (NP 365). Conduto esta seção não é muito rica em termos de contexto de uso, padrão e de início de consumo, pois os dados processuais não são exaustivos neste âmbito.

No que concerne ao grupo das *Trajetórias delinquentes*, este subdivide-se em dois grupo, *Intervenções* e *Delitos*. Nas *Intervenções*, todas as referências que estão inseridas, referem-se às intervenções que ocorreram a estes jovens ao longo do seu contacto com a justiça, como *Processo na CPCJ* como se confirma através “*A CPCJ instaurou processo de promoção e proteção na sequência de sinalização efetuada pela escola, aplicando medida de “apoio junto dos pais”*” (NP 4824) e *Processo de Promoção e Proteção* como se confirma “*A conjuntura psicossocial do jovem culminou com a intervenção do âmbito da promoção e proteção, encontrando-se a respetiva situação.*” (NP 3542). Nos *Delitos*, estão inseridos todos os delitos cometidos pelos jovens com inquérito/medida tutelar educativa, como *Ofensa à integridade física* como se confirma através “*O Educador quando o impediu de sair para que este pedisse autorização, foi empurrado repetidamente pelo menor, sendo ameaçado de socos e*

*insulto “Parto-te todo cabrão de merda. (Des)larga-me se não parto-te a boca foda” (sic).”* (NP 2026) e *Furto simples* como se confirma através do discurso de alguns sujeitos *“Quando me encontrava de patrulhar, o agente encontrou uma viatura de marca Audi e os passageiros bem como o condutor se encontravam a furtar metais não preciosos”* (NP 2875).

Por último no grupo *Dimensão temporal*, é constituído por seis categorias, (1) *Sinalização do delito*, (2) *Relatório social*, (3) *Relato do menor*, (4) *Relatório da instituição*, (5) *Relatório do INML* e (6) *Relatório da escola*. Na *Sinalização do delito*, foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório policial, ou seja, onde ocorre normalmente a sinalização do delito como se confirma através *“Foi informada para Diretora que a escola teve conhecimento através de uma aluna da mesma turma do R., que um grupo de jovens, através de ameaças verbais têm vindo a coagir o seu filho no sentido que este constantemente entregue o dinheiro que tem na posse.”* (NP 7426). No *Relatório social*, foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório social ou seja, relatório elaborado do DGRSP. Onde inclui toda a informação sociodemográfica, situação familiar, escolar de saúde, tipo de comportamentos disruptivos ou não, relação com os pares e ocupação dos

tempos livres como se confirma através *“T. é oriundo de um agregado familiar constituído pelo próprio e progenitores, encontrando-se este último emigrado, há sensivelmente 5 anos por motivos profissionais.”* (NP 6617). No *Relato do menor*, foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relato do menor, ou seja, as declarações que o menor efetua no tribunal como se confirma através *“Confrontado com as declarações por si prestadas dos autos, esclarece que afetivamente conhece também o C. conhecido pela alcunha de “Candal”, mas reafirma que não sabe quem é o D..”* (NP 7426). No *Relatório da Instituição*, foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório da Instituição, se o menor em questão estiver institucionalizado, normalmente existe um relatório da instituição como se confirma através *“De seguida o R. pegou num saco com alguma roupa e saiu do LIJ sem autorização, tendo o E. ido atrás dele. Assim que chegou ao jovem, questionou-o por que motivo teve a reação descritiva e por que motivo voltou a ter os comportamentos desadequados na escola (sic).”* (NP 2026). No *Relatório do INML*, foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório INML, por vezes também são realizadas perícias médico-legais, quando tal acontece as mesmas estão inseridas no

relatório como se confirma através “*Apresenta humor adequado e sintónico. O seu discurso é bem estruturado e fluente, adequado ao seu nível de escolaridade e ambiente cultural.*” (NP 365). No *Relatório da escola*, foram incluídas todas as referências, que estão relatadas na secção no relatório da escola, normalmente o contexto escolar está inserido no relatório social, porém as vezes existe um relatório à parte realizado pela escola, como se confirma através “*Renuiu-se com o aluno para perceber o motivo de estar frequentemente nas grades da escola. Este mencionou que fora da escola era coagido para dar dinheiro aos alunos mais velhos.*” (NP 7426).

## 6.2. Questões de investigação

### 6.2.1. Trajetórias de Consumo de SPA

Quais são as características do uso de SPA em delinquentes? Para responder a esta questão, precisamos perceber que SPA eram mais usadas, qual o seu padrão de uso e em que contextos são usadas. Desta forma, procurou-se, especificamente, perceber regularidades dentro do grupo de participantes “inquerito” vs. “medida”. Para encontrar a resposta a estas questões realizamos um conjunto de matrizes (Anexos C). Percebemos que no grupo “inquerito”, a SPA ilícita mais consumida é cannabis. Estes consumos têm sobretudo

um carácter ocasional. Contudo os consumos experimentais também demonstram ser significativos. Estes dados vão de encontro com a literatura (IDT, 2009), que referem que para o nosso país os canabinóides são as SPA mais utilizadas. Porém esta população mais jovem também exhibe frequentemente policonsumo, em que a *cannabis* é a principal substância usada (Fendrich & Johnson, 2005; Fernandes & Carvalho, 2005; Galhardo *et al.*, 2006). Quanto ao início do consumo de SPA percebemos que no grupo “inquerito” os jovens iniciam o consumo mais tardiamente; é também neste grupo que surgem mais referências à abstinência. Desta forma pode-se verificar que é um grupo com vários fatores protetores ao nível do consumo de SPA ilícitas.

No que concerne ao grupo “medida” pode observar-se que a SPA ilícita mais consumida é também cannabis, contudo com uma presença menos disseminada do que acontece no grupo “inquerito”. No grupo “medida” outros consumos surgem, como é o caso da cocaína. Neste grupo os jovens negam mais o seu consumo de SPA, consumindo sobretudo ocasionalmente. Também se verifica um início do uso mais precoce. Desta forma pode-se verificar que é um grupo com vários fatores de risco ao nível do consumo. Como Vicario e Romero

(2005) defendem, o abuso de SPA na adolescência é frequentemente associado a outros problemas de comportamento, tais como crime ou iniciação sexual precoce. No que concerne aos contextos de uso, nos dois grupos verificou-se que estes jovens consomem sobretudo com o seu grupo de pares. Autores como Calado (2006), Calafat, Fernández, Juan e Becoña (2007) referem tendências que também encontramos nos nossos dados, já que os jovens designados por consumidores “não problemáticos” ou “funcionais” utilizam as SPA em meios festivos, como com o seu grupo de pares.

### **6.2.2. Trajetórias Criminais**

Relativamente à segunda questão, quais são as trajetórias criminais de jovens com inquérito/medida tutelar educativa, para responder a esta questão precisamos perceber quais são os tipos de delitos cometidos pelos jovens (Anexo D), quais são as intervenções realizadas (por exemplo pelo Tribunal, instituição, escola) (Anexo E), assim como é que os jovens delinquentes se relacionam com os seus pares, que tipo de atividades extracurriculares os jovens têm nos seus tempos livres (Anexo F). Constatou-se que no grupo “inquérito” o tipo de delitos mais comum é o consumo de estupefacientes, porém existem outros delitos significativos como, o roubo, ofensa à integridade física

e o dano com violência.

No grupo “media” pode-se observar que os tipos de delitos mais comuns são a ofensa à integridade física e furto simples, porém existem outros delitos significativos como o abuso sexual e o incêndio/fogo posto numa floresta ou mata. Desta forma verifica-se que neste grupo, comparativamente com o grupo “inquérito”, os tipos de delitos são menos violentos do que no grupo anterior, demonstrando que nem sempre são aplicadas medidas tutelares educativas, aos crimes mais “severos”, como seria normativamente esperado. Pode-se afirmar que nem todos os sujeitos que cometem delitos são conotados de delinquentes, pois nem todos os delitos são apropriados para adquirir essa identidade social (Carvalho, 2005). Tal remete para a grande diversidade de formas que a delinquência, e em particular a delinquência juvenil, assume (Negreiros, 2010). Diferentes estudos foram encontrados alguns resultados transversais, tais como o facto de alguns dos comportamentos delinquentes fazerem parte de uma fase transitória da idade dos jovens, existindo desta forma um pico de idade nos atos criminais e um posterior decréscimo na entrada na idade adulta (Loeber & Farrington, 1998; Negreiros, 2001). No que concerne ao tipo de intervenções, verificou-se nos dois grupos, que as

intervenções mais significativas são os processos de promoção e proteção, como os processos na CPCJ. Esta informação indica que uma grande parte dos jovens delinquentes estão em situações de risco, por várias razões, onde é necessário a intervenção do CPCJ, com um processo de promoção e proteção. Estes indicadores podem ser consequências diretas com os valores significativos referentes à influência negativa dos pares, como pelo fato de maior parte dos jovens não terem qualquer ocupação dos tempos livres.

### **6.2.3. Relação da Trajetória Criminal com a Trajetória de consumo de SPA**

Relativamente á terceira questão, como é que se relacionam uso de SPA ilícitas e os jovens delinquentes, para responder a esta questão precisamos perceber quais são as trajetórias criminais (Anexo G e H), quais são as trajetórias de consumo de SPA (Anexo I e J), e quais são as características dos jovens delinquentes, com consumo de SPA ilícitas (Anexo K). No grupo “inquérito”, no que concerne as trajetórias criminais verificou-se que na fase 1 (sinalização do delito) é onde são mais significativos delitos, onde são sobretudo descritos, sendo o delito mais significativo consumo de estupefacientes, outro significativo também é dano com violência, nesta fase de sinalização

também foram identificadas características negativas mais comuns dos jovens, o impulsivo-agressivo. Na fase 2 (relatório social) existem mais processos da CPCJ como de Promoção e Proteção, assim como características do menor positivas como negativas, nomeadamente capacidade para identificar situações desajustadas, impulsividade-agressividade e défice de autocontrolo. Na 3 fase (relato do menor) é mais significativo, os delitos roubo e ofensa á integridade física, ou seja, onde os jovens assumem os seus comportamentos delinquentes. As outras dimensões temporais não se verificaram significativas. Relativamente à trajetória do consumo de SPA, neste grupo “inquérito” verificou-se que na fase 1 (sinalização do delito) as SPA, mais consumidas são a cannabis. Na fase 2 (Relatório social), descreve o início do consumo que ocorre normalmente aos 15 anos, e o padrão de uso que é sobretudo ocasional, demonstrando como se verificou anteriormente que os jovens não tem um início muito precoce do consumo e que os mesmos, consomem sobretudo ocasionalmente. Na fase 3 (Relato do menor), descreve sobretudo o tipo de SPA, nomeadamente a Cannabis como sendo a mais comum. As outras dimensões temporais não se verificaram significativas. A literatura menciona que a delinquência tem vindo a ser alvo de diversos estudos, nos vários domínios da ciência

comportamental. São diversas as perspectivas teóricas que tentaram desenvolver explicações para a problemática da delinquência (e.g. abordagem biológica, abordagem psicológica, abordagem sociológica). Todas elas propuseram nas suas explicações o contexto social no qual o jovem está inserido, bem como as adversidades pelas quais poderá ter passado durante o seu desenvolvimento (Luzes, 2010; Santos, 2004).

No grupo “medida”, no que concerne as trajetórias criminais verificou-se que na fase 1 (sinalização do delito) é onde os delitos são sobretudo descritos, nomeadamente o delito mais significativo furto simples e incêndio/fogo posto na floresta ou mata. Na fase 2 (relatório social) existem mais processos da CPCJ como de Promoção e Proteção, medida TE aplicada e aceitação de uma medida TE, assim como características do menor negativas nomeadamente impulsividade-agressividade, défice de autocontrolo, instabilidade emocional, baixa tolerância à frustração. Na 3 fase (relato do menor) é mais significativo, o furto simples e abuso sexual, onde o menor assume os seus atos delinquentes, e aceita as possíveis consequências dos seus atos. Na 4 fase (relatório da instituição) é muito significativo a ofensa à integridade física, demonstrando que os jovens mantêm

níveis elevados de agressividade em contexto institucionalização. As outras dimensões temporais não são tão significativas. Relativamente à trajetória do consumo de SPA, neste mesmo grupo, verificou-se que na fase 2 (Relatório social), descreve o padrão de uso que é sobretudo ocasional, e como tem nível significativo de negação do consumo de SPA, ou seja, os jovens quando questionados sobre os seus consumos de SPA, negam. As outras dimensões temporais não se verificaram significativas.

Desta forma pode-se observar que de fato existe uma relação entre a droga e o crime como referem os autores Agra (2008) e Nunes (2011), em que mencionam que esta relação entre estas duas variáveis não é simples nem linear, mas complexa e múltipla, não existindo uma única relação direta entre a droga e o crime. Tendo em conta as tipologias, elencadas pelos autores, o delinquente-toxicodependente; o especialista da droga-crime; o toxicodependente-delinquente. Assim como tendo em atenção os dados analisados o nosso estudo demonstra que a tipologia que vigora nestes jovens é a do delinquente-toxicodependente, afirma-se na delinquência como modo habitual de vida antes do consumo ocasional e depois regular de drogas. Tendo-se especializado na delinquência aquisitiva antes do consumo de drogas, dá continuidade a esse

tipo de comportamento após a iniciação e consumo regular de drogas, praticando ocasional e secundariamente delitos associados ao seu mercado ilícito.

#### **6.2.4. Impacto ao nível familiar e acadêmico**

Referente à quarta questão, de que forma a trajetória judicial de jovens utilizadores de SPA com inquérito/medida tutelar educativa, tem impacto nas dinâmicas familiares e académicas, para responder a esta questão precisamos perceber quais são as dinâmicas familiares (Anexo L) e quais são as dinâmicas escolares (Anexo M). Verificou-se que no grupo “inquérito” que as dinâmicas familiares são mais variadas, sendo a mais significativa é o défice de competências parentais, contudo também tem valores significativos a situação socioeconómica ajustada, como o contato de proximidade com os familiares, maior parte dos jovens residem numa família nuclear não íntegra. Estes dados demonstram que maior parte destes jovens que tem progenitores com défice de competências parentais, podendo ser como consequência direta do comportamento delinvente do jovem, mas também tem uma situação socioeconómica ajustada, demonstrando a quebra dos estereótipos. Ao nível escolar, a conduta disruptiva é mais significativa, maior parte dos jovens estão integrados no ensino

regular, como maior parte tem competências escolares normativas, demonstrando alguns fatores protetores ao nível escolar.

No que concerne ao grupo “medida”, a dinâmica familiar mais significativa é a situação socioeconómica ajustada, défice de competências parentais, contudo tem vinculação positiva associada e maior parte dos jovens reside com a família nuclear não íntegra ou está institucionalizado. Relativamente à proximidade ou não da família nuclear os valores foram idênticos, estes jovens tem valores equitativos. Demonstra características semelhantes ao grupo “inquérito”, contudo estes jovens tem uma vinculação positiva com a sua família, demonstrando maior proximidade e suporte familiar. A literatura corrobora maioritariamente dos dados obtidos. Na fase da adolescência o consumo de SPA tem consequência sociais, escolares e de conduta com agressividade, falta de motivação para o estudo, falta de respeito às regras e valores, afastamento do convívio familiar e social, conduta antissocial, como, por exemplo, o roubo como uma forma de obter droga (Orth & Moré, 2008). Ao nível escolar, a conduta disruptiva é mais significativa, como nas retenções, faltas disciplinares, desmotivação e absentismo escolar. Neste grupo, referente à dinâmica académica

pode-se verificar que existem mais fatores de risco, do que no grupo “medida”. A literatura confirma-se que de facto estes jovens têm baixo rendimento escolar, absentismo, má adaptação ao contexto social escolar, esta má adaptação na escola leva à desmotivação, como a comportamentos delinquentes, condutas antissociais, e nestas situações podem surgir as drogas, como um fator de afirmação e diferenciação. Nos dois grupos foi possível observar que ao nível familiar tem níveis acentuados de défice de competências parentais, situação socioeconómica ajustada e vivem sobretudo com família nuclear não integra. Ao nível escolar os níveis mais significativos são a conduta disruptiva, como as retenções.

## 7. Conclusão

Em suma pode-se observar que de fato existe uma relação entre a droga e o crime, entre as trajetórias criminais e as trajetórias de consumo de SPA, como referem os autores Agra (2008) e Nunes (2011), em que mencionam que esta relação entre estas duas variáveis não é simples nem linear, mas complexa e múltipla, não existindo uma única relação direta entre a droga e o crime.

Tendo em conta as tipologias, dos autores Agra (2008) e Nunes (2011), o delinvente-toxicodependente, foi a única

tipologia identificada destes autores, onde se afirma que a delinquência é o modo habitual de vida do jovem, antes do consumo ocasional de SPA.

É perceptível que esta população juvenil não é uma população totalmente desestruturada. Como foi descrito anteriormente, esta população tem maioritariamente uma situação socioeconómica ajustada, estes jovens estão inseridos no ensino regular, têm competências escolares normativas, assim como têm contato de proximidade os familiares, vinculação positiva, quebrando desta forma alguns estereótipos que relacionam estes jovens a famílias desestruturadas, assim como em que estes se encontram em situações socioeconómicas desajustadas, o que foi possível observar que não acontece. Contudo é normativo que estes jovens tenham algumas características negativas, sobretudo ao nível da impulsividade-agressividade, tendo em conta as características da amostra, ou seja, jovens com processos TE.

No que concerne as principais limitações do estudo, prende-se com o fato de os processos analisados não possuírem muita informação referente ao uso de SPA, nomeadamente, ao tipo de SPA, padrão de uso, contextos, como o início em que os mesmos ocorrem. Para investigações futuras, seria pertinente, para além de

realizar uma análise processual incluir também entrevistas com os sujeitos, que preenchessem os quesitos.

## 8. Referências Bibliográficas

- Abraão, I. (1999), “Fatores de risco e fatores de proteção para as toxicodependências: Uma breve revisão”. *Toxicodependências*, 5(2), 3–11.
- Abreu, C. P., Sá, I. C., Ramos, V. C. (2010). *Proteção, Delinquência e Justiça de Menores – Um Manual Prático para Juristas... ..e não só*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Achirica, A., Arnedillo, G., Arnedillo, J., Pardo, L. (2002), “*La Prevencion De Las Drogodependencias en El Tiempo De Ocio*”. Madrid: JUMA.
- Agra, C. (2008). *Entre droga e crime*. Casa das letras (2º edição). Viseu.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo: Metodologia de Investigação em Psicologia*. Lisboa: Edições 70.
- Bean, P. (2004). *Drugs and crime* (2ª Ed.) United Kingdom, Willan Publishing.
- Becker, H. S. (1999). The Chicago school, so-called. *Qualitative sociology*, 22, 3-12.
- Benavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: da disfunção social à psicopatia. *Revista Análise Psicológica*, 4(20), 637-645.
- Bennett, T. & Holloway, K. (2005). *Understanding drugs, alcohol and crime*. New York, McGraw-hill.
- Botello, J. N. (2000), “Fatores de riesgo y protección de carácter social relacionados con el consumo de drogas”. Madrid, España: Ayuntamiento de Madrid. Área de servicios sociales. Plan municipal contra las drogas.
- Brochu, S. (2006). *Drogue et criminé. Une relation complexe* (2ª Ed.). Montréal, Les coise. In: Santé Mentale au Québec, 22(2), 218-232.
- Brochu, S. & Parent, I. (2005). *Les flambeurs. Trajectoires d'usagers de cocaine*. Ottawa, les Presses de L'Université d'Ottawa.
- Broecker, C. & Jou, I. (2007). Práticas educativas parentais: a percepção de adolescentes com e sem dependência química. *Psico-USF*, 12(2), pp. 269-279.
- Broman, C., Li, X. & Recase, M. (2008). Family structure and mediators of adolescence drug use. *Journal of family issues*, 29, 1625-1649.

- Calado, V. (2006). *Drogas sintéticas: mundos culturais, música trance e ciberespaço*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Calafat, A., Fernández, C., Juan, M. & Becoña, E. (2007). Como el propio consumo de drogas de los mediadores recreativos tiene implicaciones preventivas *Adicciones*, 17, 145-155.
- Carvalho, M. (2004). *Entre as malhas do desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e delinquências*. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.
- Carvalho, M. (2007). *Culturas juvenis e novos usos de drogas em meio festivo: O trance psicadélico como analisador*. Porto: Campo das Letras.
- Carvalho, M. J. L. (2005). Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. *Revista Sociologia, problemas e práticas*, 49, 71-93.
- Cigoli, V. & Scabini, E. (2006). *Family identity: ties, symbols, and transitions*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dishion, J., Li, F., Spracklen, K., Brown, G. & Haas, E. (1998). Measurement of parenting practices in research on adolescent problem behavior: a multimethod and multitrait analysis. In R. Ashery, E. Robertson, & K. KKumpfer, *Drug abuse prevention through family interventions* (Vol. NIDA Research Monograph 177). Rockville: National Institutes of Health.
- Escohotado, A. (1996/2004). *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona.
- Fendrich, M. & Johnson, T. (2005). Editors' Introduction to this special issue on club drugs epidemiology. *Substance Use & Misuse*, 40, 1179-1184.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. (2003). *Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência
- Fernandes, L. & Ribeiro, C. (2002). Redução de riscos, estilos de vida *junkie* e controlo social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 57-68.
- Figueiredo, R. (2002). Abordagem de redução de danos para uso e abuso de drogas. In R. Figueiredo, *Prevenção ao abuso de drogas em acções de saúde e educação* (pp. 5-6). Diadema: Nepaids.
- Fisher, W. et al., (2007). Drug-related arrests in a cohort of public mental health service recipients. In: *psychiatric Services*, 58(11), 1448-1453.

- Fortin, M. (2009). O processo de investigação: da concepção à realização (5ªed.). Lisboa: Lusociência.
- Frisher, M. & Beckett, H. (2006). Drug use desistance. *Criminology and Criminal Justice*, 6, 127-145.
- Freitas, L. (2002). Adolescência, família e drogas: A função paterna e a questão de limites. Rio de Janeiro: Mauad.
- Freire, T. & Almeida, L. (2008). Metodologia da investigação em psicologia e educação. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Galhardo, A., Cardoso, I. M. & Marques, P. (2006). Consumo de substâncias em estudantes do ensino superior de Coimbra. *Toxicodependências*, 12, 71-77.
- Gourley, M. (2004). A subcultural study of recreational ecstasy use. *Journal of Sociology*, 40, 59-73.
- Hammersley, R. (2008). *Drugs & Crime: Theories and practices*. Cambridge, Polity Editorial.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência (2009). *Relatório anual 2008. A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. Lisboa: IDT.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência (2010). *Relatório anual 2009. A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. Lisboa: IDT.
- Lerner, R. & Galambos, N. (1998). Adolescent development: Challenges and Opportunities for Research, Programs and Policies. *Annual Review of Psychology*, 49, 413-446.
- Levy, K. O'Grady, K., Wish, E. & Arria, A. (2005). An in-depth qualitative examination of the ecstasy experience: results of a focus group with ecstasy using colleges students. *Substance Use & Misuse*, 40, 1427-1441.
- Loeber, R. & Farrington, D. (1998). Never too early, never too late: risk factors and successful interventions for serious and violent offenders. (Vol. 7). Oslo: Scandinavian University Press.
- Luzes, C. A. (2010). Um olhar psicológico sobre a delinquência. Consultado no Website Portal dos psicólogos: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0520.pdf>.
- Keene, J. (2001). An international social work perspective on drug misuse problems and solutions: reviewing implications for practice. *Journal of Social Work*, 1, 187-199.
- Manita, C., Negreiros, J. & Agra, C. (1997). *Planos existenciais, droga e crime*. Lisboa, Gabinete de

- Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Manso, A. (2006). *Educação para o Direito: Representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo*. Universidade do Minho: Braga (Dissertação de Mestrado).
- Mills, J., Bonner, A. & Francis, K. (2006). The Development of Constructivist Grounded Theory. *International Journal of Qualitative Methods*, 5(1), 1-10.
- Minuchin, S. (2009). *Famílias y Terapia Familiar*. Barcelona: Gedisa.
- Muza, G. M., Betiol, H., Mucillo, G., & Barbieri, M. A. (1997). Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil). I - Prevalência do consumo por sexo, idade e tipo de substância. *Revista Saúde Pública*, 31, 21-29.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis*. Editorial notícias, Lisboa.
- Nunes, L. M. (2011). *Drogas-crime desconstruções*. Fernando Pessoa, Porto.
- Otero, J. (1994). *Droga y delincuencia. Concepto, medida y estado actual de conocimiento*. Madrid, Eudema.
- Orth, A. P. & Moré, C. L. (2008). Funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. *Psicologia Argum*, 26(55), 293-303.
- Parker, H, Williams, L., & Aldridge, J. (2002). The normalization of „sensible“ recreational drug use: further evidence from the North West England longitudinal study. *Sociology*, 36, 941-964.
- Ribeiro, J. (1995). Dependência ou dependências? Incidências históricas na formalização dos conceitos. *Toxicodependências*, 3, 5-13.
- Rosenbaum, M. (2007). *Safety-first... A reality-based approach to teens and drugs*. Consultado no Website Safety-1st.org: [www.safety1st.org](http://www.safety1st.org).
- Romaní, O. (1999). *Las drogas, sueños y razones*. Barcelona: Ariel.
- Santos, B. (2004). Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa. Uma avaliação de dois anos de aplicação da lei tutelar. *Observatório permanente da justiça portuguesa*. Universidade de Coimbra.
- Silva, K. L., Dias, F. L. & Vieira, N. F. (2010). Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência. *Esc Anna Nery*, 14(3), 605-610.
- Simões, C., Matos, M. & Foguet, J. (2006). Consumo de substâncias na adolescência:

- um modelo explicativo. *Toxicodependências*, 7(2), pp. 147-164.
- Sousa, F., Silva, R., Baptista, S. & Lopes, T. P. (2004). Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa: uma avaliação de dois anos de aplicação da lei tutelar educativa. Observatório permanente da justiça portuguesa, centro de estudos sociais.
- Smith, M. & Smith, P. (2005). The problem of drug prohibition for drug users: a Mertonian analysis of everyday experience. *Electronic Journal of Sociology*, 7, 123-135.
- Steinberg, L. (2001). *The role of family in adolescent development: Preventing risk, promoting resilience*. Consultado no Website [www.cyfernet.org](http://www.cyfernet.org).
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Grounded theory Research: procedures, canons and evaluative criteria*. *Zeitschrift fur soziologie*, 19(6), 418-427.
- Tinoco, R. (1999). Notas sobre a construção psico-social da identidade desviante em toxicodependência. *Toxicodependências*, 5, 11-23.
- Tuttle, J. (1995). Family support, adolescent individuation and drug and alcohol involvement. *Journal of Family Nursing*, 3, 303-326.
- Velho, G. (1998/2008). *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Vicario, M. I. & Romero, A. M. (2005). Consumo de drogas en la adolescência. *Pediatr Integral*, 9(2), 137-155.
- Wills, T., Resko, J., Ainette, M., & Mendoza, D. (2004). Role of Parent Support and Peer Support in Adolescent Substance Use: A Test of Mediated Effects. *Psychology of Addictive Behaviors*, 18(2), 122-134.

# ANEXOS

## Anexo A: Tabela de codificação

<b>(1) Características individuais, comportamentais</b>					
<b>(1.) Características individuais, comportamentais</b>	Nesta categoria foram integradas todas as características, como comportamentos dos jovens, sejam eles positivos ou negativos.				
<b>(1.1.) Positivas</b>	Estão integradas todas as características positivas dos jovens, assim como todos os seus comportamentos positivos.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.1.1.)	<b>Comportamentos socialmente ajustados</b>	Estão inseridos todos os comportamentos considerados socialmente ajustados, como não consumir álcool, ser meigo, calmo, educado, como sem comportamentos disruptivos em casa, valorização de normas e valores sociais.	<i>“R. denota apreensão da noção do interdito e suficiente adesão a um estilo de vida pró-social, aspetos que, a par da melhoria gradual na sua autorregulação comportamental e emocional, lhe permitirão conformar-se satisfatoriamente às normas e expetativas sociais nos diversos contextos de vida.” (NP 2026)</i>	6	9
(1.1.2.)	<b>Capacidade para identificar situações desajustadas</b>	Nesta categoria, foram inseridas todas as referências, que referem que os jovens tem capacidade para identificar situações desajustadas.	<i>“No contexto do presente processo de diagnóstico, a postura do jovem sugere capacidade suficiente para identificar situações sociais desajustadas.” (NP 222)</i>	11	16
<b>(1.2.) Negativas</b>	Estão integradas todas as características negativas dos jovens, assim como todos os seus comportamentos negativos.				
(1.2.1.)	<b>Não pretende intervenções externas</b>	O jovem rejeita qualquer intervenção ao nível externo, ou seja, potenciais ajudas externas.	<i>“As características individuais/comportamentos do jovem sugerem a necessidade de uma intervenção que promova o desenvolvimento de um padrão de comportamento mais conforme às normas e expetativas sociais, salientando-se, contudo a sua reatividade/rejeição a potenciais ajudas externas.” (NP 6617)</i>	1	2
(1.2.2.)	<b>Mantém relações sexuais</b>	O jovem mantém relações sexuais, menciona que estas são consentidas, contudo com um início precoce, por volta dos 15 anos.	<i>“Que reconhece que mantém uma relação de namoro com a Juliana Patrícia Martins, que envolve a prática de relações sexuais consentidas. O seu namoro iniciou-se em 15 de Setembro de 2013 e as relações sexuais com ela começaram cerca de meio ano depois, em casa da Juliana, num dia em que a mãe não estava presente.” (NP 4334)</i>	1	1
(1.2.3.)	<b>Instabilidade emocional-pessoal</b>	Uma das características descritas são é a instabilidade emocional-pessoal dos jovens, perante a imposição de regras e limites, como no contexto escolar, por exemplo.	<i>“A instabilidade pessoal/emocional indiciada pelo jovem, perante a imposição de regras/limites e em situações emocionais/cognitivas mais exigentes, compromete a capacidade de resolução dos problemas e, subsequente, a antecipação das consequências dos seus comportamentos, para si próprio e para terceiros.” (NP 6617)</i>	7	10
(1.2.4.)	<b>Impulsividade-agressividade</b>	Os jovens também demonstraram ser impulsivos e a agressivos dos jovens, perante a imposição de	<i>“Revela, ainda um estilo de funcionamento impulsivo/agressivo, designadamente ao nível da interação com figuras de autoridade/agentes educativos.” (NP 6617)</i>	11	22

		regras e limites, como figuras de autoridade e agentes educativos.			
(1.2.5.)	<b>Imaturidade</b>	O jovem revela imaturidade ao nível psicoemocional.	<i>“O examinado apresenta ainda grande imaturidade psicoemocional.” (NP 365)</i>	1	1
(1.2.6.)	<b>Défice de auto controlo e auto gestão</b>	Nesta categoria integra défices de auto controlo, como de auto gestão dos jovens, assim como de autonomia, nos vários contextos em que estão inseridos, como por exemplo em contexto escolar.	<i>“Apesar de parecer ser capaz de identificar os comportamentos socialmente desajustados, os défices indicados pelo jovem em termos de competências pessoais e sociais, designadamente, de descentração, pensamento consequencial e autocontrolo, tenderão a condicionar o desenvolvimento de padrão de comportamento em consonância à autonomia experienciada pelo R. na gestão do respetivo quotidiano e à proximidade/convívio preferencial com jovens contados com padrões de comportamento socialmente desajustados.” (NP 2875)</i>	6	11
(1.2.7.)	<b>Consumo de estupefacientes</b>	O Consumo de SPA ilícitas, pode ser considerado um delito, contudo nesta categoria significa que é um fator de risco para a adaptação social em contextos sociais formais, por exemplo.	<i>“Este modo de funcionamento, o consumo de substâncias aditivas e proximidade/convívio com pares desviantes, constituem-se como fatores, entre outros, indutores de franca adaptação social aos contextos mais formais, pela sua complexidade e exigência emocional.” (NP 222)</i>	4	4
(1.2.8.)	<b>Baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais</b>	Os jovens tem baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais, tendo um impacto negativo no seu quotidiano, assim tendem a resolver os seus problemas através da fuga ou do evitamento.	<i>“D. denota baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com impacto negativo no seu ajustamento/acomodação às normas e expectativas sociais. O jovem tende a resolver os seus conflitos interpessoais através da fuga ou evitamento, mostrando dificuldades em adotar um estilo de comunicação assertivo com os interlocutores. Não sendo agressivo por natureza, mostra dificuldades na antecipação das consequências dos seus comportamentos sobre si e sobre os outros.” (NP 4296)</i>	5	5
(1.2.9.)	<b>Baixa tolerância à frustração</b>	Uma das características, destes jovens é a baixa tolerância à frustração, tem dificuldades em lidar com a frustração, como com os seus sentimentos.	<i>“Segundo a avaliação da Equipa da CT no seu percurso na instituição, são sinalizados algumas dificuldades em lidar com a frustração e com os sentimentos.” (NP 3103)</i>	10	13
(1.2.10)	<b>Baixa autoestima</b>	A baixa autoestima é outra das características destes jovens, está relacionada com outras características negativas, como a baixa tolerância à frustração, impulsividade-agressividade.	<i>“F. revela dificuldades comportamental associadas a um padrão habitual de funcionamento impulsivo e de baixa autoestima e de baixa tolerância à frustração que envolve comportamentos de externalização agressivos, tais como manifestações de hostilidade, oposição e desafio perante a imposição de regras e limites, assim como, ausência de empatia e não acatamento das responsabilidades.” (NP 222)</i>	1	1

(2) Saúde					
(2) Saúde	Nesta categoria estão inseridas todas as referências que abordam de alguma forma, qualquer característica referente à sua saúde.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)
(2.1.)	<b>Terapia da Fala</b>	Uma das terapias que este jovem realiza é terapia da fala.	<i>“O jovem é também acompanhado em consultas de terapia da fala, na clínica central de Espinho.” (NP 2026)</i>	1	1
(2.2.)	<b>Sobredotação</b>	Este jovem foi diagnosticado com sobredotação aos 12 anos de idade, onde obteve uma pontuação equivalente a um jovem de 16 anos (4 anos de avanço).	<i>“Este aluno apresenta um desenvolvimento superior em vários domínios (ex: raciocínio lógico, interesse pelo conhecimento científico e pela área da computação). Pelas provas aplicadas, a sua idade mental revela-se superior à idade cronológica em três anos.” (NP 3691)</i>	1	2
(2.3.)	<b>Realização de exames</b>	O jovem realizou alguns exames médicos, que pudessem comprovar o consumo de SPA.	<i>“Consequentemente, após as informações obtidas e reforçando as nossas dúvidas/suspeitas, este Lij vem informar que ira solicitar junto do médico de família o acompanhamento para a realização de exames específicos que comprovem a veracidade destas suspeitas.” (NP 2026)</i>	1	1
(2.4.)	<b>Problemas visuais</b>	O jovem apresenta alguns problemas visuais, nomeadamente astigmatismo.	<i>“Usa óculos desde os 11 anos de idade por apresentar astigmatismo, senão seguido uma vez por ano, em Oftalmologia.” (NP 365)</i>	1	1
(2.5.)	<b>Perturbação de hiperatividade e ou défice de atenção</b>	Nesta categorias as referências incluem diagnóstico, realizado por um profissional de saúde, perturbação de hiperatividade e ou défice de atenção.	<i>“Foi acompanhado pelo serviço de pedopsiquiatria até Julho de 2010 referindo em relatório que o aluno apresenta nível intelectual médico inferior, muito dependente, pouco autónomo, apresentando défice de atenção.” (NP 7426)</i>	2	2
(2.6.)	<b>Internamento hospitalar</b>	O jovem foi internado numa unidade hospitalar, para a realização de uma cirurgia.	<i>“O examinado terá estado internado no hospital de Gaia, durante 3 dias, para ser operado ao joelho esquerdo, em Junho de 2012.” (NP 365)</i>	1	1
(2.7.)	<b>Discurso estruturado, orientado no tempo e no espaço</b>	Os jovens nas avaliações demonstram um discurso estruturado, orientados no tempo e no espaço.	<i>“Apresenta humor adequado e sintónico. O seu discurso é bem estruturado e fluente, adequado ao seu nível de escolaridade e ambiente cultural. Não apresenta alterações do curso, forma ou conteúdo do pensamento, nem alterações da percepção. Não apresenta quaisquer queixas do foro psiquiátrico.” (NP 365)</i>	2	4
(2.8.)	<b>Desenvolvimento psicomotor normativo</b>	O desenvolvimento psicomotor do jovem é normativo, segundo um profissional de saúde.	<i>“Relativamente ao desenvolvimento psicomotor, quando ao esquema corporal e reconhecimento lateral, verifica-se que o esquema corporal está bem interiorizado, bem como a noção de lateralidade.” (NP 3691)</i>	3	3
(2.9.)	<b>Aspeto cuidado</b>	O jovem durante a avaliação estava com um aspeto limpo e cuidado, de acordo com a sua faixa etária.	<i>“O examinado apresenta-se com um aspeto limpo, com adequada higiene corporal e dentária, vestindo de acordo com a sua idade e condição socioeconómica.” (NP 365)</i>	1	2

(2.10.)	<b>Alterações de apetite e ou do sono</b>	O jovem relata ter várias alterações no sono como no seu apetite.	<i>“Refere que não tem alterações do apetite ou do sono.” (NP 365)</i>	1	1
(2.11.)	<b>Alergias</b>	O jovem referiu que tem várias alergias, como tal toma alguma medicação para controlar.	<i>“Ao nível de saúde, o jovem revela problemas alérgicos, fazendo com frequência medicação para controlo.” (NP 3542)</i>	1	1
(2.12.)	<b>Acompanhamento psicológico</b>	Os jovens usufruem de acompanhamento psicológico, ou foram encaminhados para o serviço de psicologia.	<i>“O aluno é acompanhado no presente ano letivo por psicóloga no centro de saúde de Oliveira de Douro.” (NP7426)</i>	8	10
(2.13.)	<b>Acompanhamento pedopsiquiátrico</b>	Os jovens usufruem de acompanhamento pedopsiquiátrico, ou foram encaminhados para o serviço de psiquiatria.	<i>“Jovem iniciou acompanhamento pedopsiquiátrico no centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, efetuando terapia psicofarmacológica desde a primeira consulta.” (NP 2026)</i>	6	8

<b>(3) Relação com os pares, tempos livres</b>					
<b>(3.) Relação com os pares, tempos livres</b>	Nesta categoria estão inseridas referencias de quais são as ocupações do tempo livres destes jovens, assim como quais as relações que estes jovens tem com o seu grupo de pares.				
<b>(3.1.) Relação, perceções com os pares</b>	Nesta categoria estão integradas as relações, como as perceções que os jovens mantem com o seu grupo de pares.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(3.1.1.)	<b>Influência negativa dos pares</b>	O grupo de pares, tem um impacto negativo, nestes jovens. Pois o grupo e pares é caracterizado com comportamentos sociais desajustados, como consumo de SPA.	<i>“Estabelecendo uma maior proximidade com os pares conotados com comportamentos socialmente desajustados e consumo de substâncias aditivas.” (NP 222)</i>	10	17
(3.1.2.)	<b>Conflito com os pares</b>	O jovem tem vários comportamentos agressivos, com o seu grupo de pares.	<i>“Especificamente com os colegas da instituição, são pontuados interações com alguma conflitualidade, em especial com os mais novos. A equipa técnica interpreta estas dificuldades de interação com uma reprodução dos comportamentos e condições adversas a que o jovem tem estado sujeito no contexto escolar, enquanto “vítima”, canalizando as suas frustrações enquanto “ofensor”.” (NP 4296)</i>	1	2
(3.1.3.)	<b>Bem integrado com os pares</b>	Os jovens desenvolveram boas relações, vínculos positivos com o seu grupo de pares.	<i>“Segundo o relato da equipa técnica na CT, M. encontra-se bem integrado no grupo de pares, estabelecendo vínculos saudáveis, adequação às regras e evolução significativa ao nível da sua auto estima. O grupo de pares corresponde, predominantemente, aos colegas da CT, com percursos associados a práticas desviantes.” (NP 3542)</i>	3	3
<b>(3.2.) Atividades</b>	Atividades extracurriculares, desenvolvidas pelos jovens nos seus tempos livres.				

(3.2.1.)	<b>Xadrez</b>	O jovem sabe jogar xadrez, realizando a atividade ocasionalmente.	“Sabe xadrez.” (NP 3691)	1	1
(3.2.2.)	<b>Voluntariado nos bombeiros</b>	O jovem faz voluntariado nos bombeiros voluntários, quinzenalmente.	“A frequência, quinzenalmente e aos sábados, da escola de Infantes e cadetes do Bombeiros voluntários de Valadares. O grupo de pares é descrito pelo próprio como globalmente convencional.” (NP 2026)	1	1
(3.2.3.)	<b>Piano</b>	O jovem tocava piano, como atividade extracurricular.	“Como atividades extraescolares, estudou piano durante 8 anos.” (NP 3691)	1	1
(3.2.4.)	<b>Natação</b>	O jovem pratica natação, como atividade extracurricular.	“O jovem ocupa o tempo livre participando quer em atividades lúdicas informais no contexto institucional quer no exterior, salientando-se aulas de natação com a periodicidade bissemanal e a frequência.” (NP2026)	2	2
(3.2.5.)	<b>Futebol</b>	Os jovens praticou futebol como atividade extracurricular, com uma periodicidade semanal.	“O jovem refere integrar uma estrutura desportiva – na modalidade de futebol, com treinos trissemanais, contudo, nos seus tempos livres emerge ainda o convívio regular com jovens conotados com padrões comportamentais menos convencionais.” (NP 4824)	2	2
(3.2.6.)	<b>Atividades lúdicas na instituição</b>	Os jovens tem como ocupação dos tempos livres, as atividades propostas pela instituição, onde estão acolhidos.	“O jovem ocupa o tempo livre participando quer em atividades lúdicas informais no contexto institucional quer no exterior, salientando-se aulas de natação com a periodicidade bissemanal e a frequência.” (NP 2026)	2	2
(3.2.7.)	<b>Artes de defesa pessoal</b>	O jovem frequenta artes de defesa pessoal há 2 anos, como ocupação dos tempos livres.	“E artes de defesa pessoal durante 2 anos (é cinturão azul).” (NP 3691)	1	1
<b>(3.3.)</b>	<b>Sem ocupação dos tempos livres</b>	Os jovens não possuem qualquer tipo de atividade extracurricular estruturada.	“O jovem não investe em qualquer atividade minimamente estruturada de ocupação dos tempos livres.” (NP 6617)	10	10

<b>(4) Dinâmica familiar</b>					
<b>(4.) Dinâmica familiar</b>	Nesta categoria estão inseridas todas as referências que dizem respeito as dinâmicas familiares, quer estar sejam fatores protetores para estes jovens, quer sejam fatores de risco.				
<b>(4.1.) Fatores de Protetores</b>	Nesta categoria estão incluídas todas as referências relativamente a todas as dinâmicas funcionais, que estes jovens possam ter na sua família, ou seja, fatores protetores.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(4.1.1.)	<b>Habitação ajustada</b>	Esta categoria significa que estes jovens habitam numa casa, com condições habitacionais, como que residem numa zona sem problemas sociais de relevo.	“Residem em casa própria – andar tipologia T3 – localizada numa zona suburbana sem problemáticas sociais de relevo.” (NP 6617)	6	8

(4.1.2.)	<b>Vinculação segura</b>	Os jovens denotam sentimentos de pertença pela sua família, proximidade, como afetividade.	<i>“A. denota sentimentos de pertença à família, cuja a dinâmica relacional foi caracterizada como afetuosa. Neste âmbito, parece estabelecer um relacionamento próximo com a responsável educativa/figura adulta de referência, a qual, não obstante a emergência de algumas lacunas, demonstra interesse com a educação da jovem e preocupação com o estabelecimento de regras de funcionamento pessoal/comportamental.” (NP 3103)</i>	7	9
(4.1.3.)	<b>Situação sociodemográfica ajustada</b>	Tendo em conta as despesas do agregado familiar, estas famílias conseguem satisfazer as necessidades essenciais do agregado.	<i>“A situação socioeconómica é qualificada como capaz de satisfazer as necessidades essenciais e de conforto do agregado, com base no desenvolvimento das atividades laborais dos progenitores e no abono de família para crianças e jovens.” (NP 6617)</i>	11	16
(4.1.4.)	<b>Familiares sem consumo de álcool</b>	Os familiares próximos do menor, não tem por hábito consumir álcool, nem em contextos festivos.	<i>“Segundo ele próprio e a mãe, não tem hábitos alcoólicos nem beber em festas.” (NP13)</i>	1	1
(4.1.5.)	<b>Contacto com familiares, proximidade núcleo familiar</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências relativas ao contacto de proximidade entre o menor e a sua família nuclear, quer o menor se encontre a residir no núcleo familiar, quer esteja institucionalizado.	<i>“O jovem visita a progenitora aos fins-de-semana e períodos de férias escolares, manifestando, o mesmo, interesse/determinação em regressar ao meio familiar.” (NP 222)</i>	7	11
(4.1.6.)	<b>Bom nível académico</b>	Os familiares próximos do menor, tem formação académica superior.	<i>“Os pais são professores e os avós têm formação superior, em estabilidade familiar. O pai é professor efetivo do ensino secundário público e a mãe é professora contratada há 8 anos em escolas diferentes (chega a fazer 300km/dia para dormir em casa).” (NP 3691)</i>	1	1
<b>(4.2) Fatores de Risco</b>	Nesta categoria estão incluídas todas as referências relativamente a todas as dinâmicas disfuncionais, que estes jovens possam ter na sua família, ou seja, fatores de risco				
(4.2.1.)	<b>Mortes de familiares significativos</b>	Esta categoria significa que algum familiar significativo para o menor, já faleceu, ou seja, pai, mãe, avós, por exemplo.	<i>“O progenitor faleceu, teria o jovem aproximadamente 3 anos de idade.” (NP 3691)</i>	5	6
(4.2.2.)	<b>Violência doméstica</b>	O menor reside ou residiu, num contexto familiar em que existiam dinâmicas de violência doméstica.	<i>“Segundo a R., o casamento terá sido pautado por conflitos e situações de violência física, tendo a mesma optado por alterar de residência para Vila Nova de Gaia.” (NP 3542)</i>	2	2
(4.2.3.)	<b>Problemas socioeconómicos</b>	O núcleo familiar tem dificuldades económicas, em garantir as necessidades essenciais do agregado familiar.	<i>“A progenitora afirma encontrava-se em situações de desemprego, realizando biscates ocasionais na área da hotelaria/restauração. Segundo os dados recolhidos junto da CPCJ, a progenitora efetuará trabalho diário noturno, motivo pelo qual não conseguia supervisionar adequadamente o filho nesse período.” (NP 352)</i>	3	3

(4.2.4.)	<b>Fratria em acolhimento institucional ou adoção</b>	Os menores tem irmãos que se encontram institucionalizados, ou que foram adotados.	<i>“Inicialmente o jovem e irmãos integraram o Lar de infância e juventude Casa da sagrada família, reportando-se a Fevereiro de 2008 a admissão na Aldeia de Crianças SOS de Gulphilhares.” (NP 2026)</i>	2	3
(4.2.5.)	<b>Sem contactos com familiares, afastamento do núcleo familiar</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências relativas sem contacto de proximidade entre o menor e a sua família nuclear, ou seja, os menores não temais contacto com alguns familiares da sua família nuclear, ou então nunca os chegaram a conhecer, como por exemplo nunca ter conhecido progenitor.	<i>“Não existindo qualquer tipo de contacto pai-filho.” (NP 3691)</i>	6	7
(4.2.6.)	<b>Emigração</b>	Algun membro da família nuclear do menor se encontra emigrado, noutra país, por questões laborais como económicas.	<i>“Assistente operacional e Jorge N., 42 anos, carpinteiro), encontrando-se este último emigrado, há sensivelmente 5 anos por motivos profissionais.” (NP 6617)</i>	3	7
(4.2.7.)	<b>Doença familiar</b>	O progenitor do menor encontra-se em tratamento oncológico.	<i>“O pai tem andado em tratamento oncológico há anos, tendo já efetuado 3 cirurgias, o que tem motivado grande preocupação no T.” (NP 3691)</i>	1	1
(4.2.8.)	<b>Divórcio</b>	Os progenitores dos menores encontram-se divorciados.	<i>“A separação dos progenitores terá ocorrido há aproximadamente 15 anos, assumindo a progenitora, em exclusivo, as responsabilidades parentais.” (NP 2875)</i>	3	3
(4.2.9.)	<b>Precaridade habitacional</b>	Esta categoria significa que estes jovens habitam numa casa, sem condições habitacionais, como que residem numa zona com problemas sociais de relevo.	<i>“O contexto social de residência do núcleo familiar – acampamento – apresenta características suburbanas e é conotado com problemas de exclusão social e de marginalidade.” (NP 2875)</i>	5	6
(4.2.10.)	<b>Défi ce de competências parentais</b>	Os progenitores ou cuidadores dos menores, são permissivos; tem défi ce estabelecimento de regras e limites; dificuldades na gestão problemas; défi ce de supervisão; como são negligentes.	<i>“A persistência do comportamento problemático de T. viria a assumir particular impacto na dinâmica intrafamiliar e socioeducativa, reconhecendo a progenitora, no momento atual, a sua incapacidade para intervir/gerir a instabilidade pessoal/emocional minifesta pelo filho nos diferentes contextos de vida.” (NP 6617)</i>	12	25
(4.2.11.)	<b>Nacionalidade estrangeira</b>	A menor nasceu noutra país e atualmente reside em Portugal.	<i>“A jovem é natural da Argentina e encontra-se a residir em Portugal há aproximadamente quatro anos, tendo integrado até Abril de 2013.” (NP 3103)</i>	1	1
(4.2.12.)	<b>Antecedentes familiares de abuso de álcool</b>	Os familiares do menor tinham ou tem consumos abusivos de álcool.	<i>“R. encontra-se sob acolhimento institucional desde os dois anos idade, sensivelmente, situação associada, designadamente e segundo a informação disponível, a uma conjuntura sociofamiliar negligente e lacunar ao nível das competências parentais, consumo abusivo de álcool.” (NP 2026)</i>	1	1

<b>(4.3.) Agregado familiar</b>	Nesta categoria estão inseridas todas as referências que se referem em que agregado familiar os menores residem, como se é com a família nuclear, se com outros familiares de referência, como se a sua família nuclear já não se encontra “íntegra”.				
(4.3.1.)	<b>Vive com outros familiares significativos</b>	Os menores residem com outros familiares significativos, como com os seus avós, primos, tios.	“R. íntegra, desde o passado mês de Outubro, o agregado familiar dos avós maternos, constituído pelos próprios e um irmão, de 16 anos de, estudantes.” (NP 6890)	2	2
(4.3.2.)	<b>Vive com família nuclear (não íntegra)</b>	Os menores residem com o seu núcleo familiar, contudo só com alguns elementos do núcleo familiar, ou seja, famílias monoparentais, famílias reconstituídas.	“E vive juntamente com a sua progenitora, o padrasto e uma sobrinha.” (NP 7426)	9	15
(4.3.3.)	<b>Vive com família nuclear (íntegra)</b>	Os menores residem com a sua família nuclear, pais, irmãos, como ainda pode estar inseridos, avós, tios, primos.	“R. com 11 anos de idade vive com a mãe o pai e o irmão.” (NP 7426)	5	5
(4.3.4.)	<b>Institucionalização</b>	Os menores residem em contexto institucional.	“R. encontra-se sob acolhimento institucional desde os dois anos de idade, sensivelmente.” (NP 2026)	3	6

<b>(5) Dinâmica escolar</b>					
<b>(5.) Dinâmica escolar</b>	Nesta categoria estão integradas todas as referências que dizem respeito as dinâmicas escolares, ou seja, todo o que acontece em contexto escolar, comportamentos, aproveitamento entre outros.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(5.1.)	<b>Ocorrências</b>	Inclui tudo o tipo de ocorrências em contexto escolar, como reuniões de pais, reunião só com o encarregado de educação.	“O seu filho menor Rodrigo Pereira frequenta a escola de ensino (item local da ocorrência), hoje no período da tarde a Diretora do conselho executivo, na pessoa da Doutora Conceição, solicitou a sua presença na escola, uma vez que tinha algo de importante a comunicar-lhe relacionado com o seu filho Domingues.” (NP 7426)	3	3
<b>(5.2.) Tipo de ensino</b>	Qual o tipo de ensino que os jovens estão inseridos, ou seja, se é no ensino regular, normativo ou se no ensino especial, com necessidades educativas, entre outros.				
(5.2.1)	<b>Ensino regular</b>	Os menores frequentam o ensino regular, normativo.	“O jovem Mateus frequentou no ano letivo que agora finda o 9º ano de escolaridade, em turma regular, na Escola Secundária Almeida Garrett.” (NP 3542)	7	14
(5.2.2)	<b>Ensino especial</b>	Os menores frequentam o ensino especial, ou seja, tem necessidades educativas especiais.	“Neste âmbito, o jovem tem vindo a ser alvo de estratégias/medidas educativas especiais adaptativas às necessidades educativas evidentes, dispondo de um programa educativo individual e do acompanhamento/apoio individualizado de um professor da educação especial.” (NP 2026)	1	2
(5.2.3)	<b>Cursos profissionais</b>	Os menores frequentam o ensino profissional, ou seja, um ensino profissionalizante para obter uma	“No presente ano letivo frequenta o 10º ano, do Curso profissional de técnico de gestão e Programação de Sistemas	3	5

		formação específica sobre alguma atividade laboral.	<i>informáticos, na Escola secundária dos Carvalhos, curso este que tem a duração de três anos e equivalência ao 12º ano de escolaridade e a respetivo certificado profissional.” (NP 6617)</i>		
(5.2.4.)	<b>Cursos vocacionais e PIEF</b>	Os menores frequentam o ensino vocacional e PIEF, ou seja, um ensino alternativo para concluir a escolaridade obrigatória. Normalmente tem algumas disciplinas mais específicas profissionalizantes.	<i>“No presente ano letivo, frequenta um curso vocacional de 3º ciclo – com a duração de dois anos e que confere certificação deste nível de ensino 9º ano – no colégio D. Duarte, não registando, até à data, problemática comportamental relevante.” (NP 3542)</i>	8	9
<b>(5.3.) Dificuldades na escola, na resolução de problemas</b>	Nesta categoria estão incluídas todas as dificuldades, que estes jovens sentem em contexto escolar.				
(5.3.1.)	<b>Retenções</b>	Nesta categoria inclui todas as retenções que os jovens tiveram ao longo do seu percurso escolar.	<i>“Resultando num total de quatro retenções – 2º ano, duas consecutivas no 5º ano e 6º ano.” (NP 222)</i>	13	19
(5.3.2.)	<b>Faltas disciplinares</b>	Nesta categoria inclui as faltas disciplinares, que os jovens tiveram ao longo do seu percurso escolar.	<i>“Nesta conjuntura constam diversas faltas/participações disciplinares, assim como um procedimento disciplinar, por desobediência a um elemento da direção da escola, que resultou na suspensão das atividades escolares durante três dias.” (NP 6617)</i>	11	16
(5.3.3)	<b>Dificuldades de adaptação e integração</b>	Nesta categoria inclui as dificuldades de adaptação e integração, que os jovens tiveram no contexto escolar.	<i>“Contudo, a mesma identifica dificuldades de adaptação ao contexto escolar, após integração no 2º ciclo do ensino básico.” (NP 3825)</i>	6	6
(5.3.4.)	<b>Desmotivação</b>	Nesta categoria inclui a desmotivação, que os jovens sentem no contexto escolar, não tem motivação para aprender.	<i>“O percurso escolar de Fábio Oliveira tem-se pautado por irregularidades associadas, designadamente, a absentismo, desmotivação/indisponibilidade.” (NP 222)</i>	9	16
(5.3.5.)	<b>Conduta disruptiva</b>	Nesta categoria inclui a conduta disruptiva, que os jovens têm em contexto escolar.	<i>“Segundo a fonte escolar, o jovem tem vindo a apresentar uma frequência irregular e um padrão de comportamento disruptivo, associado a desmotivação, atitudes perturbadoras do normal funcionamento das aulas e de desobediência, desrespeito e oposição/desafio, perante a imposição de orientações e normas reguladoras da sua conduta.” (NP 6617)</i>	13	41
(5.3.6)	<b>Bullying</b>	Nesta categoria inclui o Bullying, que os jovens sofrem em contexto escolar.	<i>“Foi vítima de bullying desde o 5º até ao 9º ano.” (NP 3691)</i>	1	1
(5.3.7)	<b>Baixo rendimento académico</b>	Nesta categoria inclui o baixo rendimento académico, que os jovens tem em contexto escolar.	<i>“O aproveitamento no 1º período letivo foi qualificado como muito fraco.” (NP 2026)</i>	4	5
(5.3.8)	<b>Apoio pedagógico</b>	Nesta categoria inclui apoio pedagógico, que os jovens usufruem em contexto escolar.	<i>“Na escola foi disponibilizado ao aluno tutoria a apoio pedagógico com a diretora de turma. O comportamento do aluno, tanto dentro como fora da sala de aula, é muito perturbador, conflituoso e com comportamentos inadequados. No recreio</i>	2	2

			<i>acompanhava alunos mais velhos com comportamentos desviantes.” (NP 7426)</i>		
(5.3.9)	<b>Absentismo escolar</b>	Nesta categoria inclui a ausência às aulas, os jovens faltam as aulas por curtos ou longos períodos de tempo.	<i>“No dia 5 de Fevereiro de 2014, da parte da manhã, recebemos a informação por parte da Escola de Valadares, que o R. tinha faltado às aulas. Nessa mesma manhã, a diretora, entrou em contacto com o LJJ informando que o R. tinha algumas faltas de material.” (NP 2026)</i>	10	21
<b>(5.4.) Boas competências escolares</b>	Nesta categoria estão incluídas todas as referências de boas competências dos jovens em contexto escolar.				
(5.4.1.)	<b>Competências escolares normativas</b>	Nesta categoria inclui competências normativas ao nível escolar, os jovens são normativos neste contexto.	<i>“O percurso escolar de T. Nobre pautou-se por um desempenho adequado até à conclusão do 8º ano.” (NP 6617)</i>	6	14
(5.4.2.)	<b>Competências acima da média</b>	Nesta categoria inclui competências acima da média, ao nível escolar, o jovem é sobredotado.	<i>“Este aluno apresenta capacidades excecionais. A manifestação destes “avanços” aconselham que a escola, de acordo com o princípio da igualdade de direitos de acesso e sucesso, atenta que a Escola, de acordo com o princípio da igualdade de direitos de acesso e sucesso, atenda às suas capacidades e necessidades oferecendo-lhe condições de diferenciação, através de um plano desenvolvimento de modo a ir avançado, ao seu ritmo e com metodologias específicas, nos conteúdos que a escola lhe oferece, isto é, deverá ter currículo diferenciado com conteúdos que vão avançado ao ritmo de aprendizagem do aluno, dados os seus desempenhos de nível mais elevado.” (NP 3691)</i>	1	2

<b>(6) Uso de SPA</b>					
<b>(6.) Uso de SPA</b>	Nesta categoria estão inseridas, todas as referências do uso de SPA, ou seja, qual o tipo de SPA utilizada pelos jovens, os padrões de uso, o início em que começam a consumir e os contextos.				
<b>(6.1.) Tipo de SPA</b>	SPA's ilícitas utilizadas pelos jovens com inquérito/medida tutelar educativa				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(6.1.1.)	<b>Tabaco</b>	Os jovens consomem a substância tabaco.	<i>“Fuma tabaco desde os 14 anos de idade. Diz fumar 4 a 5 cigarros por dia.” (NP 365)</i>	3	4
(6.1.2.)	<b>SPA não específicos</b>	Os jovens consomem SPA ilícitas, não especificadas, não identificam qual a substância.	<i>“Drogas leves.” (NP 3691)</i>	2	3
(6.1.3.)	<b>Cocaína</b>	Os jovens consomem a substância Cocaína.	<i>“Cocaína só consumiu uma vez no dia anterior ao do seu acolhimento na instituição.” (NP 3542)</i>	1	1
(6.1.4.)	<b>Cannabis</b>	Os jovens consomem a substância Cannabis.	<i>“Relativamente ao consumo de substancias aditivas, o jovem acabou por admitir consumir haxixe.” (NP 2875)</i>	11	21

<b>(6.2.) Padrão de uso</b>	Padrão de uso de SPA ilícitas dos jovens com inquérito/medida tutelar educativa;				
(6.2.1.)	<b>Ocasional</b>	O consumo de SPA ilícitas, pelos jovens tem um caráter ocasional, esporádico, ou seja, consomem só de vez em quando.	<i>“Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, o jovem acabou por admitir consumir haxixe, que caracterizou como esporádico.” (NP 2875)</i>	10	11
(6.2.2.)	<b>Negação do consumo de SPA</b>	Os jovens negam ter consumido ou consumir qualquer tipo de SPA ilícita.	<i>“Relativamente ao consumo de SPA aditivas, o jovem refuta qualquer experiência deste âmbito, contudo, no ano letivo transato, de acordo com a fonte escolar, o mesmo era conotado com alegados consumos.” (NP 4824).</i>	6	8
(6.2.3.)	<b>Habitual</b>	O consumo de SPA ilícita, pelos jovens tem um caráter habitual, frequente, diário.	<i>“Começou a consumir haxixe esporadicamente com forma de facilitar a sua integração na escola. Presentemente, consumia haxixe diariamente.” (NP 3542)</i>	2	2
(6.2.4.)	<b>Experimental</b>	O consumo de SPA ilícitas, pelos jovens tem um caráter experimental, de uma única vez.	<i>“Cocaína só consumiu uma vez no dia anterior ao do seu acolhimento na instituição.” (NP 3542)</i>	4	6
(6.2.5.)	<b>Abstinentes</b>	Os jovens mantem-se abstinentes atualmente, sem qualquer consumo de SPA ilícita.	<i>“Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, a jovem refere manter-se abstinente desde que integra o atual enquadramento sociofamiliar, contudo, admite ter efetuado consumos, em contexto de grupo e cujo reporta aos 15 anos de idade.” (NP 3103)</i>	1	1
<b>(6.3.) Início do Uso</b>	Início do uso de SPA pelos jovens com inquérito/medida tutelar educativa				
(6.3.1.)	<b>Início aos 15 anos</b>	Os jovens iniciaram o consumo de SPA ilícita aos 15 anos.	<i>“O examinado revela uma história de consumo ocasional de derivados da cannabis desde os 15 anos.” (NP 365)</i>	3	4
(6.3.2.)	<b>Início aos 14 anos</b>	Os jovens iniciaram o consumo de SPA ilícita aos 14 anos.	<i>“Quanto ao consumo de substâncias aditivas, o jovem qualifica a sua experiência, que situa no último verão.” (NP 3825)</i>	2	2
(6.3.3.)	<b>Início aos 13 anos</b>	Os jovens iniciaram o consumo de SPA ilícita aos 13 anos.	<i>“Reconheceu que consome haxixe e “erva” desde os seus 13 anos” (NP 3542)</i>	1	1
<b>(6.4.) Contextos de Uso</b>	Contextos em que os jovens com inquérito/medida tutelar educativa consomem SPA's ilícitas				
(6.4.1.)	<b>Contexto recreativo</b>	Em contexto recreativo, festivo, é um dos espaços que os jovens consomem SPA ilícitas.	<i>“O examinado revela uma história de consumo ocasional de derivados da cannabis desde os 15 anos, consumindo, segundo conta, quantidade variável de cannabis na forma de haxixe, fumado, em contexto escolar e recreativo.” (NP 365)</i>	1	1
(6.4.2.)	<b>Contexto escolar</b>	Em contexto escolar, é um dos espaços que os jovens consomem SPA ilícitas.	<i>“O examinado revela uma história de consumo ocasional de derivados da cannabis desde os 15 anos, consumindo, segundo conta, quantidade variável de cannabis na forma de haxixe, fumado, em contexto escolar e recreativo.” (NP 11)</i>	1	1
(6.4.3.)	<b>Consumo com os pares</b>	Os jovens consomem SPA ilícitas, com o seu grupo de pares, amigos.	<i>“Relativamente ao consumo de substâncias aditivas, a jovem refere manter-se abstinente desde que integra o atual enquadramento sociofamiliar, contudo, admite ter efetuado consumos, em contexto de grupo.” (NP 3103)</i>	3	3

<b>(7) Trajetórias delinquentes</b>					
<b>(7.) Trajetórias delinquentes</b>	Nesta categoria estão inseridas todas os nodes referentes às trajetórias delinquentes, destes jovens, como quais as intervenções que foram ocorrendo ao longo do processo judicial, assim como quais os delitos cometidos por estes jovens.				
<b>(7.1.) Intervenções</b>	Nesta categoria todas as referências que estão inseridas, referem-se às intervenções que ocorreram a estes jovens ao longo do seu contacto com a justiça.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(7.1.1.)	<b>Processo na CPCJ</b>	Os jovens também ou tiveram um processo na Comissão Proteção de Crianças e Jovens.	<i>“A CPCJ de Vila Nova de Gaia Norte instaurou processo de promoção e proteção na sequência de sinalização efetuada pela escola, aplicando medida de “apoio junto dos pais” em Outubro último.” (NP 4824)</i>	10	14
(7.1.2.)	<b>Processo de Promoção e Proteção</b>	Os Jovens tem em curso ou tiveram um Processo de Promoção e Proteção.	<i>“A conjuntura psicossocial do jovem culminou com a intervenção do âmbito da promoção e proteção, encontrando-se a respetiva situação, no momento atual, em avaliação diagnostica de acordo com a CPCJ de V. N. G.” (NP 3542)</i>	10	16
(7.1.3.)	<b>Medida Tutelar educativa</b>	Foi instaurada uma medida tutelar educativa, pelo Tribunal de Família e Menores.	<i>“Tendo em conta a situação acima descrita, solicita-se a instauração de um processo tutelar educativo, no sentido de prevenir outros comportamentos desajustados destes jovens.” (NP 2026)</i>	8	11
(7.1.4.)	<b>Medida de institucionalização</b>	Foi instaurada uma medida de institucionalização, pelo Tribunal de Família e Menores.	<i>“F. está acolhido no Lar Juvenil dos Carvalhos desde Setembro de 2012, no âmbito de medida de promoção e proteção aplicada pela comissão de promoção e proteção (CPCJ) de Santa Maria da Fira, na sequência da significativa disrupção comportamental apresenta em contexto escolar e de comportamentos de risco, assim coo, das fragilidades do meio familiar, associadas a um estilo parental inadequado.” (NP 222)</i>	2	2
(7.1.5.)	<b>Medida instaurada pela instituição</b>	Foi instaurada uma medida pela instituição aos jovens.	<i>“De acordo com a informação disponível, a equipa técnica e educativa da instituição tem exposto o jovem a modelos educativos suficientes consistentes, patentes no estabelecimento de regras e limites comportamento e supervisão das suas rotinas e atividade.” (NP 2026)</i>	1	5
(7.1.6.)	<b>Medida instaurada pela escola</b>	Foi instaurada uma medida pela escola aos jovens.	<i>“Pelo que a Escola tinha tomado uma medida em que o menor teria de cumprir algumas tarefas de limpeza no espaço escolar, pelo que a autorização teria de ser dada através de um recado na caderneta.” (NP 2026)</i>	5	7
(7.1.7.)	<b>Aceita medida da instituição</b>	Os jovens aceitam a medida imposta pela instituição.	<i>“Situação em que se encontra no momento atual, o jovem regista um nível de adesão suficiente às atividades e orientações que lhe são veiculadas.” (NP 222)</i>	1	1
(7.1.8.)	<b>Aceita institucionalização</b>	Os jovens aceitam a medida de institucionalização.	<i>“Estando aparentemente disposto a colaborar com os Serviços no cumprimento da medida de acolhimento institucional.” (NP 3542)</i>	1	1

(7.1.9.)	<b>Aceita medida tutelar educativa</b>	Os jovens aceitam a adesão a uma intervenção tutelar educativa.	<i>“Perante o eventual desenvolvimento judicial dos autos, não obstante a postura adotada no âmbito do presente processo avaliativo, o jovem verbaliza disponibilidade de adesão a uma intervenção tutelar educativa.” (NP 6617)</i>	10	15
<b>(7.2.) Delitos</b>	Delitos cometidos pelos jovens com inquérito/medida tutelar educativa				
(7.2.1.)	<b>Tráfico de estupefacientes</b>	Tráfico de estupefacientes, delito cometido pelos jovens.	<i>“Foi conduzido para as instalações da GNR e seguidamente procedeu-se à pesagem da referida substancia, a qual apresentou um peso bruto aproximado de 20,4 gramas, excedendo em 15,4 gramas a quantidade máxima permitida para consumo de 10 dias, conforme a tabela.” (NP 365)</i>	1	7
(7.2.2.)	<b>Roubo</b>	Roubo, delito cometido pelos jovens.	<i>“Questionado o menor, sobre os factos, o mesmo informou que desde o início do mês de Janeiro do presente ano, por diversas vezes no trajeto entre a escola e a sua residência, inclusive no interior do estabelecimento de ensino que frequenta já foi interpelado pelo referido grupo, sendo ameaçado a entregar o dinheiro que tem consigo, causando-lhe medo e inquietude, receando pela sua vida e integridade física.” (NP 7426)</i>	1	13
(7.2.3.)	<b>Ofensa à integridade física</b>	Ofensa à integridade física, delito cometido pelos jovens.	<i>“O educador encaminhou-se para a casa Swissair, onde o Ruben pernoita, tendo esse ido buscar o Tablet, ficando o Educador a falar à porta com a mãe social. Após o jovem ter entregado o Tablet, tentou à força sair de casa, sem que tivesse pedido autorização à mãe social. O Educador quando o impediu de sair para que este pedisse autorização, foi empurrado repetidamente pelo menor, sendo ameaçado de socos e insulto “Parto-te todo cabrão de merda. (Des)larga-me se não parto-te a boca foda” (sic).” (NP 2026)</i>	5	41
(7.2.4.)	<b>Injúria</b>	Injúria, delito cometido pelos jovens.	<i>“Quando se preparou para sair, foi novamente interpelado pelo filho, sobre qual o motivo de ainda não ter ido embora. Informou-o para não se preocupar, pois estava de saída. O seu filho ao verificar que a vítima não tinha feito o jantar voltou a insulta-la, proferindo repetidamente vaca, cabra, puta. A vítima ao ouvir o descrito retirou-se pelo fato de temer pela sua integridade física. (...) agrediu fisicamente a vítima e acabou por quebrar o vidro de uma porta da marquise.” (NP 6617)</i>	1	5
(7.2.5.)	<b>Incendio/fogo posto na floresta ou mata</b>	Incendio/fogo posto na floresta ou na mata, delito cometido pelos jovens.	<i>“O participante declarou-me que, quando passava no local da ocorrência, na ambulância do corpo de Bombeiros de Coimbrões, conduzida pelo seu colega Manual Castro presenciou os alunos acima identificados a atear o fogo ao mato ali existente, encontrando-se o incendio ainda numa fase inicial, mas já com bastante fumo e de fácil propagação, não só devido ao calor que se fazia sentia, mas ao tipo de vegetação seca que se estendia</i>	1	14

			<i>numa área de cerca de duzentos metros quadrados, próximo ao local de estacionamento de automóveis.” (NP 5642)</i>		
(7.2.6.)	<b>Furto simples</b>	Furto simples, delito cometido pelos jovens.	<i>“Quando me encontrava de patrulhar, o agente encontrou uma viatura de marca Audi e os passageiros bem como o condutor se encontravam a furtar metais não preciosos nas instalações das empresas daquela artéria.” (NP 2875)</i>	4	35
(7.2.7.)	<b>Dano com violência</b>	Dano com violência, delito cometido pelos jovens.	<i>“Chegado ao local, apresentou-se o lesado Sr. Fernando Martins, a comunicar que o seu filho encontrava-se no interior da residência, com comportamento bastante agressivo, já o tendo inclusive agredido a si e à sua esposa, bem como danificou a porta do seu quarto, temendo que o mesmo desse continuidade às agressões a ambos, bem como aos seus sogros (testemunhas), agora ali presentes por entretanto ali se terem deslocado, a pedido de uma filha dos lesados para tentar acalmar o mesmo.” (NP 3691)</i>	1	10
(7.2.8.)	<b>Crime não específico</b>	Crime não específico, delito cometido pelos jovens.	<i>“Num encontro entre o SBL vs. FC porto, onde fui escalada e enquadrada na condição de spotter da unidade. Um grupo de adeptos composto por 4 jovens menores aproximou-se do setor visitante na bancada Norte onde se encontravam os adeptos do SL Benfica e mostraram um cartaz com os seguintes dizeres: No nome gays. Tal ato incentivou à violência pois de imediato os adeptos do SLB se alteraram e demonstraram intenções de querer agredir os jovens, pois sentiram-se insultados, só não conseguindo porque elementos policiais se encontraram a delimitar o seu sector.” (NP 5495)</i>	1	7
(7.2.9.)	<b>Consumo de estupefacientes</b>	Consumo de estupefacientes, delito cometido pelos jovens.	<i>“Perante tais fatos, transporte a mesma a este departamento policial, onde a sujeita a uma revista sumaria, não tendo detetado nada de mais de ilícito na sua posse, 1,72 gr. A substância suspeita foi sujeita a teste rápido na divisão da investigação Policial PSP do porto, tendo resultado positivo para Haxixe, com o peso bruto total aproximado – PBTA de gramas.” (NP 7020)</i>	4	28
(7.2.10.)	<b>Abuso sexual de crianças</b>	Abuso sexual, delito cometido pelos jovens.	<i>“Durante o diálogo a menor disse que havia tido uma vez relações sexuais consentidas com o menor em causa e que posteriormente tinha sido vítima de abuso sexual e forma continuada.” (NP 4334)</i>	1	10

<b>(8) Dimensão Temporal</b>					
<b>(8.) Dimensão Temporal</b>	Nesta categoria integra a dimensão temporal, ou seja, o espaço de tempo em que os inquéritos ou processos tutelares educativos ocorrem.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(8.1.)	<b>1. Sinalização do delito</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório policial, ou seja, onde ocorre normalmente a sinalização do delito.	<i>“Foi informada para Diretora que a escola teve conhecimento através de uma aluna da mesma turma do Rodrigo, que um grupo de jovens, através de ameaças verbais têm vindo a coagir o seu filho no sentido que este constantemente entregue o dinheiro que tem na posse.” (NP 7426)</i>	19	93
(8.2.)	<b>2. Relatório social</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório social ou seja, relatório elaborado do DGRSP. Onde inclui toda a informação sociodemográfica, situação familiar, escolar de saúde, tipo de comportamentos disruptivos ou não, relação com os pares e ocupação dos tempos livres.	<i>“T. é oriundo de um agregado familiar constituído pelo próprio e progenitores (Elvira Lima, 41 anos), assistente operacional e Jorge N., 42 anos, carpinteiro), encontrando-se este último emigrado, há sensivelmente 5 anos por motivos profissionais. Segundo as fontes, o progenitor mantém contactos regulares, presenciais e telefoni, com o núcleo familiar.” (NP 6617)</i>	14	278
(8.3.)	<b>3. Relato do menor</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relato do menor, ou seja, as declarações que o menor efetua no tribunal.	<i>“Confrontado com as declarações por si prestadas dos autos, esclarece que afetivamente conhece também o Cláudio conhecido pela alcunha de “Candal”, mas reafirma que não sabe quem é o D. ou J.. Quando ao episódio que relatou e que envolve o H. e o Rodrigo, esclarece também que o que lhe chamou à atenção foi o ar assustado do R.. Quando se aproximou dos dois percebeu que o Hugo ficou um bocado incomodado e que terá afastado por causa disso. Reafirma que deu o seu número de telemóvel ao Rodrigo e que se prontificou a ajudá-lo.” (NP 7426)</i>	15	73
(8.4.)	<b>4. Relatório da instituição</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório da Instituição, se o menor em questão estiver institucionalizado, normalmente existe um relatório da instituição.	<i>“De seguida o R. pegou num saco com alguma roupa e saiu do LIJ sem autorização, tendo o Eduardo ido atrás dele. Assim que chegou ao jovem, questionou-o por que motivo teve a reação descritiva e por que motivo voltou a ter os comportamentos desadequados na escola tendo o mesmo referido “Porque não quero ir para a escola e eu também não me porto mal só falto às aulas (sic).” (NP 2026)</i>	1	32
(8.5.)	<b>5. Relatório INML</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório INML, por vezes também são realizadas perícias médico-legais, quando tal acontece as mesmas estão inseridas no relatório.	<i>“Apresenta humor adequado e sintónico. O seu discurso é bem estruturado e fluente, adequado ao seu nível de escolaridade e ambiente cultural. Não apresenta alterações do curso, forma ou conteúdo do pensamento, nem alterações da percepção. Não apresenta quaisquer queixas do foro psiquiátrico.” (NP365)</i>	2	17
(8.6.)	<b>6. Relatório da escola</b>	Nesta categoria foram incluídas todas as referências, que estão relatas na secção no relatório da escola, normalmente o contexto	<i>“Renui-se com o aluno para perceber o motivo de estar frequentemente nas grades da escola. Este mencionou que fora da escola era coagido para dar dinheiro aos alunos mais velhos,</i>	1	1

escolar esta inserido no relatório social, porém as vezes existe um relatório à parte realizado pela escola.	perante esta situação convocou-se a mãe (EE) para lhe dar conhecimento e sugeriu-se à progenitora que denunciasse esta situação de bullying junto de PSP. A escola também denunciou esta situação à “escola segura.” (NP 7426)
--	--

(9) Irrelevante	
<b>(9) Irrelevante</b>	Nesta categoria estão inseridas categorias que não acrescentam ou que não são relevantes para responder as questões de investigação, como “intervenção em comunidade terapêutica”.

**Anexo B: Grelha de recolha de dados**

	Ano	Sexo	Idade	Tipo de delito	Consumo de SPA	Estado do processo	Tipo
<b>Nº do processo</b>							

**Anexo C: Matriz Consumos x Grupos**

	A: set inquérito	B: set medida
1: Tabaco	3	1
2: SPA não específicos	1	2
3: Cocaína	0	1
4: Cannabis	18	3
5: Ocasional	8	5
6: Negação de consumo de SPA	1	7
7: Habitual	1	1
8: Experimental	4	2
9: Abstinente	1	0
10: Início aos 15 anos	4	0
11: Início aos 14 anos	1	1
12: Início aos 13 anos	0	1

13: Em contexto recreativo	1	0
14: Contexto escolar	1	0
15: Consumo com os pares	2	1

#### **Anexo D: Matriz Delitos x Grupos**

	A: set inquérito	B: set medida
1: Tráfico dos estupefacientes	7	0
2: Roubo	13	0
3: Ofensa à integridade física	13	28
4: Injúria	5	0
5: Incêndio-fogo posto na floresta ou mata	0	14
6: Furto simples	6	29
7: Dano com violência	10	0
8: Crime não específico	7	0
9: Consumo de estupefacientes	19	9
10: Abuso sexual de crianças	0	10

#### **Anexo E: Matriz Intervenções x Grupos**

	A: set inquérito	B: set medida
1: Processo na CPCJ	5	9
2: Processo de Promoção e Proteção	7	9
3: Medida Tutelar educativa	2	9
4: Medida institucionalização	1	1
5: Medida instaurada pela instituição	0	5
6: Medida instaurada pela escola	1	6
7: Aceita medida da instituição	1	0
8: Aceita institucionalização	0	1
9: Aceita a medida tutelar educativa	6	9

**Anexo F: Matriz relação com os pares, ocupação dos tempos livres x Grupos**

	A: set inquérito	B: set medida
1: Sem ocupação dos tempos livres	5	5
2: Influencia negativa dos pares	8	9
3: Conflito com os pares	0	2
4: Bem integrado no grupo de pares	1	2
5: Xadrez	1	0
6: Voluntariado nos bombeiros	0	1
7: Piano	1	0
8: Natação	1	1
9: Futebol	0	2
10: Atividades lúdicas na instituição	0	2
11: Artes de defesa pessoal	1	0

**Anexo G: Matriz Trajetória judicial x Dimensão temporal, no grupo “Inquérito”**

	A: 6. Relatório da escola	B: 5. Relatório INML	C: 4. Relatório da instituição	D: 3. Relato do menor	E: 2. Relatório social	F: 1. Sinalização do delito
1: Processo na CPCJ	0	0	0	0	5	0
2: Processo de Promoção e Proteção	0	0	0	0	7	0
3: Medida Tutelar educativa	0	0	0	0	2	0
4: Medida institucionalização	0	0	0	0	1	0
5: Medida instaurada pela instituição	0	0	0	0	0	0
6: Medida instaurada pela escola	0	0	0	0	2	0
7: Aceita medida da instituição	0	0	0	0	1	0
8: Aceita institucionalização	0	0	0	0	0	0
9: Aceita a medida tutelar educativa	0	0	0	0	5	0
10: Tráfico dos estupefacientes	0	0	0	2	0	5
11: Roubo	2	0	0	8	0	3
12: Ofensa à integridade física	0	0	0	6	2	5
13: Injúria	0	0	0	1	0	4

14: Incêndio-fogo posto na floresta ou mata	0	0	0	0	0	0
15: Furto simples	0	0	0	0	1	5
16: Dano com violência	0	0	0	1	2	8
17: Crime não específico	0	0	0	0	0	7
18: Consumo de estupefacientes	0	0	0	6	0	14
19: Abuso sexual de crianças	0	0	0	0	0	0
20: Comportamentos socialmente ajustados	0	0	0	0	4	0
21: Capacidade para identificar situações desajustadas	0	1	0	0	8	0
22: Não pretende intervenções externas	0	0	0	0	2	0
23: Mantém relações sexuais	0	0	0	0	0	0
24: Instabilidade emocional-pessoal	0	0	0	0	3	0
25: Impulsividade-agressividade	0	0	0	0	5	4
26: Imaturidade	0	1	0	0	0	0
27: Défice de auto controlo e auto gestão	0	0	0	0	4	0
28: Consumo de SPA	0	0	0	0	3	0
29: Baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais	0	0	0	0	2	0
30: Baixa tolerância à frustração	0	1	0	0	3	0
31: Baixa autoestima	0	0	0	0	1	0

#### Anexo H: Matriz Trajetória judicial x Dimensão temporal, no grupo “Medida”

	A 6. Relatório da escola	B: 5. Relatório INML	C: 4. Relatório da instituição	D: 3. Relato do menor	E: 2. Relatório social	F: 1. Sinalização do delito
1: Processo na CPCJ	0	0	0	0	9	0
2: Processo de Promoção e Proteção	0	0	0	0	9	0
3: Medida Tutelar educativa	0	0	1	0	7	0
4: Medida institucionalização	0	0	0	0	1	0
5: Medida instaurada pela instituição	0	0	3	1	1	0
6: Medida instaurada pela escola	0	0	3	1	2	0
7: Aceita medida da instituição	0	0	0	0	0	0
8: Aceita institucionalização	0	0	0	0	1	0
9: Aceita a medida tutelar educativa	0	0	0	0	9	0

10: Tráfico dos estupefacientes	0	0	0	0	0	0
11: Roubo	0	0	0	0	0	0
12: Ofensa à integridade física	0	0	23	2	2	1
13: Injúria	0	0	0	0	0	0
14: Incêndio-fogo posto na floresta ou mata	0	0	0	4	1	11
15: Furto simples	0	0	0	11	2	18
16: Dano com violência	0	0	0	0	0	0
17: Crime não específico	0	0	0	0	0	0
18: Consumo de estupefacientes	0	0	0	0	2	9
19: Abuso sexual de crianças	0	0	0	5	1	4
20: Comportamentos socialmente ajustados	0	0	0	1	4	0
21: Capacidade para identificar situações desajustadas	0	0	0	0	7	0
22: Não pretende intervenções externas	0	0	0	0	0	0
23: Mantem relações sexuais	0	0	0	1	0	0
24: Instabilidade emocional-pessoal	0	0	0	0	7	0
25: Impulsividade-agressividade	0	0	6	1	7	0
26: Imaturidade	0	0	0	0	0	0
27: Défice de auto controlo e auto gestão	0	0	0	0	8	0
28: Consumo de SPA	0	0	0	0	1	0
29: Baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais	0	0	0	0	3	0
30: Baixa tolerância à frustração	0	0	0	0	9	0
31: Baixa autoestima	0	0	0	0	0	0

**Anexo I: Matriz Trajetória consumo de SPA x Dimensão temporal, no grupo “Inquérito”**

A: 6. Relatório da escola	B: 5. Relatório INML	C: 4. Relatório da instituição	D: 3. Relato do menor	E: 2. Relatório social	F: 1. Sinalização do delito
---------------------------	----------------------	--------------------------------	-----------------------	------------------------	-----------------------------

1: Tabaco	0	1	0	0	2	0
2: SPA não específicos	0	0	0	0	1	0
3: Cocaína	0	0	0	0	0	0
4: Cannabis	0	1	0	7	1	9
5: Ocasional	0	1	0	2	5	3
6: Negação de consumo de SPA	0	0	0	0	1	0
7: Habitual	0	0	0	0	1	0
8: Experimental	0	0	0	3	0	2
9: Abstinente	0	0	0	0	2	0
10: Início aos 15 anos	0	1	0	0	3	0
11: Início aos 14 anos	0	0	0	0	1	0
12: Início aos 13 anos	0	0	0	0	0	0
13: Em contexto recreativo	0	2	0	0	0	0
14: Contexto escolar	0	2	0	0	0	0
15: Consumo com os pares	0	0	0	1	2	0

**Anexo J: Matriz Trajetória consumo de SPA x Dimensão temporal, no grupo “Medida”**

	A: 6. Relatório da escola	B: 5. Relatório INML	C: 4. Relatório da instituição	D: 3. Relato do menor	E: 2. Relatório social	F: 1. Sinalização do delito
1: Tabaco	0	0	0	0	1	0
2: SPA não específicos	0	0	0	0	2	0
3: Cocaína	0	0	0	1	0	0
4: Cannabis	0	0	0	1	0	2
5: Ocasional	0	0	0	1	7	0
6: Negação de consumo de SPA	0	0	0	0	9	0
7: Habitual	0	0	0	1	0	0
8: Experimental	0	0	0	1	1	0
9: Abstinente	0	0	0	0	0	0
10: Início aos 15 anos	0	0	0	0	0	0
11: Início aos 14 anos	0	0	0	0	1	0

12: Início aos 13 anos	0	0	0	1	0	0
13: Em contexto recreativo	0	0	0	0	0	0
14: Contexto escolar	0	0	0	0	0	0
15: Consumo com os pares	0	0	1	0	0	0

### Anexo K: Matriz Caraterísticas x Grupos

	A: set inquérito	B: set medida
1: Comportamentos socialmente ajustados	4	5
2: Capacidade para identificar situações desajustadas	9	7
3: Não pretende intervenções externas	2	0
4: Mantem relações sexuais	0	1
5: Instabilidade emocional-pessoal	3	7
6: Impulsividade-agressividade	9	13
7: Imaturidade	1	0
8: Défice de auto controlo e auto gestão	4	7
9: Consumo de SPA	3	1
10: Baixo desenvolvimento de competências pessoais e sociais	2	3
11: Baixa tolerância à frustração	4	9
12: Baixa autoestima	1	0

### Anexo L: Matriz Dinâmica familiar x Grupos

	A: set inquérito	B: set medida
1: Violência domestica	0	2
2: Vinculação segura	4	5
3: Situação socioeconómica ajustada	5	11
4: Sem contacto com familiares, afastamento núcleo familiar	2	5
5: Problemas socioeconómicos	1	2
6: Precaridade habitacional	2	4
7: Nacionalidade estrangeira	1	0

8: Mortes de Familiares significativos	4	2
9: Habitação ajustada	4	4
10: Fratria em acolhimento institucional ou adoção	1	2
11: Emigração	3	4
12: Doença familiar	1	0
13: Divorcio	2	1
14: Défice de competências parentais	9	16
15: Contacto com familiares, proximidade núcleo familiar	5	6
16: Bom nível académico	1	0
17: Antecedentes familiares de abuso de álcool	0	1
18: Vive com outros familiares significativos	1	1
19: Vive com família nuclear (não íntegra)	7	8
20: Vive com família nuclear (íntegra)	2	3
21: Institucionalização	1	5

### Anexo M: Matriz Dinâmica escolar x Grupos

	A: set inquérito	B: set medida
1: Ocorrências	2	1
2: Ensino regular	8	6
3: Ensino especial	0	2
4: Retenções	7	12
5: Faltas disciplinares	5	11
6: Dificuldades de adaptação e integração	3	3
7: Desmotivação	6	10
8: Conduta disruptiva	11	30
9: Bullying	1	0
10: Baixo rendimento académico	1	4
11: Apoio pedagógico	1	1
12: Absentismo escolar	4	17
13: Cursos vocacionais e PIEF	3	6

14: Cursos profissionais	1	4
15: Competências escolares normativas	8	6
16: Competências acima da média	2	0